

Formulário de Informações Trimestrais

30 de junho de 2020

Ampla Energia e Serviços S.A.
Enel Distribuição Rio

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	30.06.2020	31.12.2019
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	184.641	303.062
Títulos e valores mobiliários	6	124.937	106.258
Consumidores e outras contas a receber	7	1.593.775	1.468.059
Ativo financeiro setorial	10	106.997	138.062
Subvenção CDE - desconto tarifário	8	320.984	295.867
Tributos a compensar	9	165.953	143.446
Serviço em curso		53.864	32.788
Instrumentos financeiros derivativos - swap	30	317.231	14.953
Outros créditos		80.016	108.455
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		2.948.398	2.610.950
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Consumidores e outras contas a receber	7	22.171	24.126
Ativo financeiro setorial	10	16.922	26.458
Depósitos vinculados a litígios	23	226.124	226.268
Tributos a compensar	9	96.768	87.433
Serviço em curso		-	16.600
Tributos diferidos	29	266.977	276.807
Instrumentos financeiros derivativos - swap	30	163.917	128.279
Ativo indenizável (concessão)	11	3.762.063	3.613.155
Imobilizado	12	99.291	106.893
Intangível	13	2.513.306	2.649.716
Ativos contratuais	14	1.063.913	801.077
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		8.231.452	7.956.812
TOTAL DO ATIVO		11.179.850	10.567.762

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	30.06.2020	31.12.2019
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>			
Fornecedores	15	794.430	899.501
Empréstimos e financiamentos	17	1.025.402	1.260.803
Obrigações por arrendamentos	19	15.318	12.759
Debêntures	18	609.946	615.915
Salários, provisões e encargos sociais		56.017	38.864
Obrigações fiscais	16	249.883	202.650
Dividendos a pagar		112.824	112.824
Taxas regulamentares	20	343.431	347.743
Instrumentos financeiros derivativos - swap	30	3.214	6.523
Outras obrigações		106.418	112.087
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		3.316.883	3.609.669
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Empréstimos e financiamentos	17	1.938.181	1.115.264
Debêntures	18	998.780	998.618
Obrigações por arrendamentos	19	28.852	33.888
Instrumentos financeiros derivativos - swap	30	-	4.169
Taxas regulamentares	20	66.259	51.058
Benefícios pós-emprego	22	494.239	463.222
Provisão para processos judiciais e outros	23	655.726	626.392
Outras obrigações		2.403	4.506
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		4.184.440	3.297.117
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Capital social	24	2.498.230	2.498.230
Reservas de capital		23.254	23.254
Reservas de lucros		1.138.795	1.138.795
Outros resultados abrangentes		(31.326)	697
Lucros acumulados		49.574	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.678.527	3.660.976
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.179.850	10.567.762

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

		01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019
	Notas				
Receita líquida	26	1.402.429	2.960.101	1.376.807	2.956.504
Custo do serviço		(1.236.577)	(2.563.593)	(1.132.346)	(2.485.115)
Lucro operacional bruto		165.852	396.508	244.461	471.389
Receitas (despesas) operacionais	27				
Despesas com vendas		(26.996)	(81.759)	(72.227)	(85.638)
Despesas gerais e administrativas		(37.223)	(126.052)	(88.813)	(163.144)
Outras receitas operacionais		15.933	39.002	18.662	36.452
Total de receitas (despesas) operacionais		(48.286)	(168.809)	(142.378)	(212.330)
Resultado do serviço público de energia elétrica		117.566	227.699	102.083	259.059
Resultado financeiro	28				
Receitas financeiras		56.270	403.821	69.393	259.202
Despesas financeiras		(131.325)	(555.621)	(114.860)	(442.628)
Total resultado financeiro		(75.055)	(151.800)	(45.467)	(183.426)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		42.511	75.899	56.616	75.633
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	(17.001)	(33.996)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29	(14.728)	(26.325)	(2.222)	8.436
		(14.728)	(26.325)	(19.223)	(25.560)
Lucro líquido do período		27.783	49.574	37.393	50.073
Lucro por ação - básico e diluído (em reais por ação)	25	0,16673	0,29750	0,22440	0,30050

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	27.783	49.574	37.393	50.073
Outros resultados abrangentes:				
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado				
Perda atuarial em benefícios pós-emprego	(50.759)	(50.759)	-	-
Tributos diferidos sobre perda atuarial em benefícios pós-emprego	17.258	17.258	-	-
	(33.501)	(33.501)	-	-
Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado				
Ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	(7.837)	2.240	11.573	7.997
Tributos diferidos sobre ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	2.664	(762)	(3.935)	(2.719)
	(5.173)	1.478	7.638	5.278
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES DO PERÍODO, LÍQUIDO DE TRIBUTOS	(10.891)	17.551	45.031	55.351

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros		Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
	Capital social	Reserva De ágio	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Legal	Reforço de capital de giro			
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.498.230	2.308	20.946	121.941	854.933	-	(2.807)	3.495.551
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	50.073	-	50.073
Ganho de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	7.997	7.997
Tributos diferidos s/ ganho de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	(2.719)	(2.719)
Saldos em 30 de junho de 2019	2.498.230	2.308	20.946	121.941	854.933	50.073	2.471	3.550.902
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.498.230	2.308	20.946	135.904	1.002.891	-	697	3.660.976
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	49.574	-	49.574
Perda atuarial em benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	(50.759)	(50.759)
Tributos diferidos s/ perda de benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	17.258	17.258
Ganho de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	2.240	2.240
Tributos diferidos s/ ganho de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	(762)	(762)
Saldos em 30 de junho de 2020	2.498.230	2.308	20.946	135.904	1.002.891	49.574	(31.326)	3.678.527

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	30.06.2020	30.06.2019
Atividades operacionais:		
Lucro líquido do período	49.574	50.073
Ajustes para conciliar o lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais:		
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	23.377	36.233
Depreciação e amortização	214.910	236.868
Juros e variações monetárias	501.363	168.884
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	(337.923)	17.437
Ativos e passivos financeiros setoriais	(8.901)	(28.778)
Marcação a mercado de ativo indenizável	(12.569)	16.025
Valor residual de intangível e imobilizado	5.273	547
Tributos e contribuições social diferidos	26.325	(8.436)
Perda de recebíveis de clientes	50.899	42.697
Provisão para processos judiciais e outros	21.181	72.574
Obrigações com benefício pós-emprego	16.391	16.899
Redução (aumento) dos ativos:		
Consumidores	(198.037)	(576.632)
Subvenção CDE - desconto tarifário	(25.117)	188
Ativos financeiros setoriais	49.502	12.846
Tributos a compensar	(31.842)	11.074
Depósitos vinculados a litígios	144	(6.327)
Serviço em curso	(4.476)	32.960
Outros créditos	28.439	3.893
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	(105.071)	(79.558)
Salários, provisões e encargos sociais	17.153	29.949
Obrigações fiscais	55.339	54.115
Passivos financeiros setoriais	-	(6.111)
Taxas regulamentares	10.411	(24.062)
Obrigações com benefícios pós-emprego	(36.133)	(37.344)
Provisão para processos judiciais e outros	(63.793)	(57.105)
Outras obrigações	(7.771)	19.233
	238.648	(1.858)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(8.106)	(22.526)
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	(34.253)	(43.714)
Pagamentos de juros de debêntures	(37.683)	(21.246)
Pagamentos de juros de instrumento derivativo	(5.231)	(10.344)
Caixa líquido (utilizado nas) gerados pelas atividades operacionais	153.375	(99.688)
Atividades de investimentos:		
Adições para ativo contratual e imobilizado	(473.499)	(301.181)
Títulos e valores mobiliários	(18.679)	(107.322)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(492.178)	(408.503)
Atividades de financiamentos:		
Captação de Debêntures	-	998.374
Captação de empréstimos e financiamentos	301.332	486.133
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(76.077)	(613.805)
Pagamentos de arrendamento financeiro (principal)	(4.873)	(5.020)
Pagamento de instrumento derivativo (principal)	-	(8.010)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	220.382	857.672
Variação no caixa líquido da Companhia	(118.421)	349.481
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	303.062	267.076
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	184.641	616.557

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	30.06.2020	30.06.2019
1. RECEITAS	4.792.667	4.979.569
Receita bruta de venda de energia e outras receitas	4.816.044	5.015.800
Fornecimento de energia elétrica	4.270.699	4.647.794
Outras receitas	73.036	67.682
Receita relativa à construção de ativos próprios	472.309	300.324
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(23.377)	(36.231)
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(2.597.961)	(2.530.461)
Materiais	(207.684)	(134.431)
Outros custos operacionais	(136.238)	(144.771)
Custo da energia comprada e transmissão	(1.747.582)	(1.860.106)
Serviços de terceiros	(506.457)	(391.153)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	2.194.706	2.449.108
4. RETENÇÕES	(214.910)	(236.868)
Depreciação e amortização	(214.910)	(236.868)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	1.979.796	2.212.240
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	403.821	259.202
Receitas financeiras	403.821	259.202
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	2.383.617	2.471.442
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2.383.617	2.471.442
Empregados (Colaboradores)	126.650	126.387
Remunerações	86.398	86.848
FGTS	2.794	2.795
Outros encargos sociais	3.613	4.474
Previdência privada	7.720	6.856
Auxílio-alimentação	11.656	13.402
Convênio assistencial e outros benefícios	5.606	4.910
Participação nos resultados	8.863	7.102
Tributos (Governo)	1.651.695	1.851.404
Federais	266.628	296.248
Imposto de renda e contribuição social	26.325	25.560
COFINS	187.210	211.902
PIS	40.645	46.006
INSS	12.448	12.780
Estaduais	1.061.501	1.165.772
ICMS	1.061.463	1.165.723
Outros	38	49
Municipais	4.452	4.312
ISS	2.164	2.281
IPTU	1.366	1.368
Outros	922	663
Encargos setoriais	319.114	385.072
CDE - Conta de desenvolvimento energético	290.401	354.670
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	24.538	26.366
Taxa de fiscalização - ANEEL	4.175	4.036
Remuneração de capitais de terceiros	555.698	443.578
Juros	555.621	442.628
Aluguéis	77	950
Remuneração de capitais próprios	49.574	50.073
Reserva de lucro	49.574	50.073

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Ampla Energia e Serviços S.A. (“Companhia” ou “Enel Distribuição Rio”), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3- Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com registro de Companhia aberta categoria “A”, com sede no município de Niterói, Rio de Janeiro, controlada pela Enel Brasil S.A. (Enel Brasil), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália), é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A Ampla é uma empresa do Grupo Enel, multinacional de energia presente em mais de 30 países e com atuação nos segmentos de distribuição, geração e soluções de energia.

A sede da Companhia está localizada Praça Leoni Ramos nº 1, Gragoatá, Niterói, Rio de Janeiro – Brasil. Tem como área de concessão 66 municípios, sendo 65 no Estado do Rio de Janeiro e 1 no Estado de Minas Gerais, o qual é regulado pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 005/1996, com vencimento em dezembro de 2026. Em 14 de março de 2017, a Enel Distribuição Rio assinou o 6º aditivo ao contrato de concessão que incluiu novas cláusulas econômicas e de gestão, obrigações de melhoria da qualidade e de sustentabilidade econômico-financeira bem como alterou o nível regulatório de perdas não técnicas.

A Companhia apresenta passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes no montante de R\$368.485 em 30 de junho de 2020, refletindo os impactos de mercado no trimestre e as medidas mitigatórias de riscos de liquidez no curtíssimo prazo. A Administração da Companhia entende que as ações do governo, no sentido de preservar a hígidez do setor elétrico, deverão resultar em reforço suficiente de sua capacidade de cumprir com as obrigações financeiras no curto prazo, que a Companhia continua com acesso franco a mecanismos de financiamento e que, ademais, a Companhia conta com suporte financeiro do Grupo Enel para assegurar a liquidez de que necessita para cumprir com seu plano de negócios.

1.1 Pandemia (Covid-19) - Impactos econômico-financeiros

Pessoas e sociedade

A Enel e suas subsidiárias no Brasil têm adotado o trabalho remoto há alguns anos. Conforme os efeitos da COVID-19 avançaram e tornaram-se pandêmicos, a Companhia decidiu estender o trabalho remoto para todos os dias úteis até dezembro de 2020 para todos os profissionais elegíveis.

Para os profissionais que realizam trabalhos operacionais, cujas atividades são imprescindíveis para a manutenção da prestação do serviço com a qualidade que sempre foi entregue, a Companhia providenciou e disponibilizou para cada profissional equipamentos de proteção individual, bem como comunicações e recomendações contínuas relacionadas a como evitar o contágio por COVID-19. Não obstante, a Companhia também estendeu o benefício de saúde, com apólices de seguro com cobertura adicional para os profissionais que eventualmente forem hospitalizados por decorrência de infecção por COVID-19.

O trabalho remoto tem propiciado novas possibilidades de comunicação e operação. A determinação dessa forma de trabalho se demonstrou eficiente e com a mesma qualidade ora atingida pelo trabalho em loco. Este resultado só foi possível pelos investimentos em

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

digitalizações e sistemas realizados pela Enel e suas subsidiárias no decorrer dos últimos anos. Essa nova realidade se tornou uma oportunidade para que a Enel e suas subsidiárias colocassem em prática um plano anterior de expansão do trabalho remoto.

Monitoramento e plano estratégico

Durante o primeiro semestre de 2020, a Enel e suas subsidiárias têm realizado acompanhamento constante relacionados a estratégia e manutenção da qualidade dos serviços, bem como a lucratividade de seus negócios. Esse monitoramento resultou em informações que puderam auxiliar a administração na tomada de decisões estratégicas, como também demonstraram que, apesar de toda crise causada pela pandemia da COVID-19, nenhum dos negócios mantidos apresentou indicativos de descontinuidade.

A Enel e suas subsidiárias, adicionaram indicadores de performance para cada área de negócio, o que tem proporcionado de forma tempestiva informações relacionadas às operações, transações e resultados operacionais. Nesse contexto, o alto nível de digitalização foi um fator imprescindível para a aplicação destes indicadores. Através destes indicadores, é possível, de forma confiável, monitorar o nível de operação de suas atividades, a qualidade do serviço prestado, bem como, se aplicável, eventuais reduções em atividades suportes em decorrência do trabalho remoto.

Para prevenir ou amenizar qualquer efeito negativo que possa, porventura, ser identificado em suas linhas de negócios, a Administração da Enel e suas subsidiárias continuará a monitorar suas atividades, demandas, resultados operacionais e de suporte, para que possa, de forma tempestiva, tomar ações que previnam ou amenizem tais efeitos.

Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia tem observado uma tendência crescente em sua provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa - PECLD, parcialmente explicado pela crise financeira, principalmente a deterioração do poder de consumo e pagamento da população, por conta da COVID-19. Diversos estados e municípios, adotaram e ainda adotam o distanciamento social, o que, por sua vez, tem causado a deterioração de diversos setores da economia, colocando em dificuldades financeiras e operacionais empresas de pequeno e médio porte e, conseqüentemente, aumentando o desemprego.

O CPC 39, equivalente à norma internacional IFRS 9, prevê que as entidades devem reavaliar o risco de crédito sempre que houver indicativos de deterioração deste, e, dessa forma, a Companhia tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes da pandemia e seus reflexos sobre a PECLD. Este acompanhamento, inclui, dentre outras ações, a adoção de premissas como as estabelecidas pela instrução normativa nº 878 emitida pela ANEEL em 23 março de 2020, que determina a impossibilidade de corte por inadimplência para classes de consumos específicas (por exemplo: residencial, rural e consumidores classificados como serviços essenciais), e tal impedimento será exclusivo até 31 de julho de 2020. A provisão para perdas esperadas em contas a receber, abrange a melhor estimativa da Companhia com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas informações contábeis intermediárias, e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores

A Companhia tem implementado ações para aumentar a eficiência e a cobrabilidade de contas de energia em atraso, a saber: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia assíduos; (ii) planos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

de parcelamentos; e (iii) proporcionando aos seus consumidores alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo, a possibilidade de utilizar cartões de crédito com opção de parcelamentos para as contas de energia em atraso ou não.

Todos os efeitos possíveis e confiavelmente mensuráveis têm sido aplicados de forma consistente na determinação da provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa, conforme divulgado na nota explicativa nº 7.

Medidas para o setor elétrico

Como resposta à pandemia, a ANEEL adotou algumas medidas temporárias a fim de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica por meio da resolução normativa mencionada anteriormente. Dentre essas medidas, pode-se citar (i) a vedação temporária da suspensão de fornecimento por inadimplência de consumidores residenciais e de serviços essenciais, entre outras situações específicas, e (ii) a suspensão temporária de algumas exigências regulatórias, tais como a suspensão do atendimento presencial ao público e permissão de substituição de faturas impressas por eletrônicas, priorizando os meios digitais, os atendimentos de urgência/emergência e a manutenção do fornecimento de energia elétrica nas instalações, assim como os pedidos de ligação ou aumento de carga para locais de tratamento da população e os que não necessitem de obras para efetivação.

A ANEEL autorizou até 30 de junho de 2020 – período da pandemia – o diferimento dos reajustes tarifários, das distribuidoras que tinham reajuste tarifário no intervalo, permitindo, em contrapartida, que os pagamentos ao fundo da CDE fossem reduzidos, na mesma proporção da receita diferida. Os pagamentos do fundo CDE diferidos deverão ser repostos pelas referidas concessionárias durante o segundo semestre de 2020.

Como medida de reforço a liquidez financeira do setor de distribuição de energia elétrica, a ANEEL autorizou a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a repassar às distribuidoras os recursos financeiros disponíveis no fundo de reserva para alívio futuro de encargos. O despacho ANEEL nº 986, de 7 de abril de 2020, determinou o repasse aos agentes de mercado. Sendo assim, a Companhia recebeu em 8 de abril e 13 de maio de 2020, os montantes de R\$ 46.862, e R\$ 4.760, respectivamente. Tais montantes foram contabilizados como passivo financeiro setorial e serão considerados no reajuste tarifário de 2021.

Adicionalmente, a Presidência da República editou medida provisória ampliando, por 3 (três) meses, os descontos da tarifa social para 100%, sendo tal subvenção custeada pelo Tesouro Nacional. Dessa forma, no dia 08 de abril de 2020, o Presidente da República, por meio da Medida Provisória (“MP”) nº 950, que vigorou de 1 de abril a 30 de junho de 2020 adotou algumas alterações temporárias à Lei nº 12.212 de 20 de janeiro de 2010, alterando o formato de desconto tarifário para os consumidores beneficiados pela categoria baixa renda, onde a parcela do consumo de energia elétrica inferior ou igual a 220 KWh/mês passou a ter um desconto de 100% e a parcela do consumo de energia elétrica superior a 220 KWh/mês não teve a incidência de qualquer desconto. De acordo com as homologações da ANEEL, a Companhia recebeu repasses relacionados ao desconto da classe baixa renda, no valor de R\$ 17.679, referentes às competências de abril e maio de 2020, quanto a competência junho, a Companhia tem expectativa de recebimento em julho de 2020.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

CONTA-COVID

O Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020 autorizou a criação da CONTA-COVID, cuja gestão será da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. A criação dessa conta tem como objetivo minimizar os impactos da pandemia e proporcionar liquidez para as distribuidoras, protegendo a cadeia produtiva do setor elétrico através de recursos financeiros para cobrir déficits tarifários ou antecipar receitas (total ou parcialmente), referentes aos seguintes itens:

- Efeitos financeiros da sobrecontratação;
- Saldo em constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA;
- Neutralidade dos encargos setoriais;
- Postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data;
- Saldo da CVA reconhecido e diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário, que não tenham sido totalmente amortizados; e
- Antecipação do ativo regulatório relativo à “Parcela B”, conforme o disposto em regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A CONTA-COVID foi organizada para evitar reajustes maiores das tarifas de energia elétrica. Se não houvesse a proposta da CONTA-COVID, haveria um impacto para os consumidores nos próximos reajustes, com pagamento em 12 meses. Com a CONTA-COVID, esse impacto será diluído em um prazo total de 60 meses. A CONTA-COVID garante recursos financeiros necessários para compensar a perda de receita em decorrência da pandemia e protege o resto da cadeia produtiva do setor elétrico, ao permitir que as distribuidoras continuem honrando seus contratos.

A CONTA-COVID é regulamentada pela Resolução Normativa nº 885 de 23 de junho de 2020 e os recursos da conta, serão originados, por meio de “empréstimo setorial”, contraído de um conjunto de bancos. A CCEE foi designada como gestora da conta, centralizando a contratação das operações de empréstimos e repassando os recursos para as distribuidoras. O credor responsável por contratar o agente fiduciário e garantidor de todo o recurso será a CCEE, que posteriormente fará o repasse para as distribuidoras, seguindo o teto estabelecido para cada distribuidora. A ANEEL homologará o montante dos recursos a serem repassados.

Em 3 de julho de 2020, a Companhia declarou os recursos financeiros requeridos da CONTA-COVID, no valor total de R\$ 799.489, e estima receber tais recursos durante o segundo semestre de 2020.

Os aumentos tarifários diferidos neste período, serão pagos em até 5 anos, a partir de 2021, por meio de encargo setorial arrecadado pelas distribuidoras e repassado à CCEE. A CCEE, por sua vez, amortizará o empréstimo contraído junto ao sindicato de bancos credores do empréstimo setorial.

Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020, o Decreto nº 10.350/2020 e a cláusula sexta do contrato de concessão nº 005/1996, reconheceu que os fatos atuais causados pela pandemia, se incluem no âmbito das áleas administrativa e econômica. Assim, decidiu instaurar Consulta Pública, até 23 de agosto de 2020, para disciplinar os procedimentos a serem observados pelas concessionárias afetadas, em processo administrativo específico a ser avaliado pelo regulador, para demonstração do alcance e

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

mensuração de seu direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 15, § 1º, da Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020.

Para o semestre findo em 30 de junho de 2020, a Companhia não reconheceu ativo financeiro setorial referente ao direito do reequilíbrio econômico da concessão em seu balanço e demonstração de resultado, visto que ainda depende de regulamentação por parte do órgão regulador.

2. Apresentação das informações trimestrais

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas para o semestre findo em 30 de junho de 2020 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade (Internacional Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Na elaboração das informações contábeis intermediárias foram adotados princípios e práticas contábeis consistentes com os divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, publicadas no Diário Oficial do Estado Rio de Janeiro em 16 de março de 2020 exceto as novas práticas contábeis adotadas conforme demonstrado na nota explicativa 4. As presentes informações contábeis intermediárias devem ser analisadas em conjunto com aquelas demonstrações financeiras para melhor compreensão das informações apresentadas. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das informações contábeis intermediárias. Dessa forma, as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

A autorização para emissão das presentes informações contábeis intermediárias ocorreu em reunião da Diretoria realizada em 27 de julho de 2020.

3. Revisão Tarifária Periódica, extraordinária e reajuste tarifário anual

Reajuste tarifário anual de 2020

A ANEEL, em reunião pública de sua Diretoria realizada em 10 de março de 2020, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2020 da Companhia, aplicado nas tarifas a partir de 15 de março de 2020. A ANEEL aprovou um reajuste de +2,71% composto por (i) reajuste econômico de +0,54%, sendo -0,44% de Parcela A e +0,98% de Parcela B e (ii) componente financeiro de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

+6,25%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário de -4,07%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +2,71%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário 2020	
Encargos Setoriais	-2,85%
Energia Comprada	1,58%
Encargos de Transmissão	0,83%
Receitas Irrecuperáveis	0,00%
Parcela A	-0,44%
Parcela B	0,98%
Reajuste Econômico	0,54%
CVA Total	4,38%
Outros Itens Financeiros da Parcela A	1,87%
Reajuste Financeiro	6,25%
Reajuste Total	6,78%
Componentes Financeiros do Processo Anterior	-4,07%
Efeito para o consumidor	2,71%

Dessa forma, as Parcelas A e B da Companhia, após o Reajuste Tarifário, tiveram os seguintes impactos:

- (i) **Parcela A:** Reajustada em -0,7%, representando -0,44% no reajuste econômico com os seguintes componentes:
- Encargos setoriais – redução de -16,4%, representando -2,85% no reajuste econômico em função, principalmente, da redução de -100,00% do encargo com a Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE Conta ACR”);
 - Energia comprada – aumento de +4,0%, decorre principalmente do aumento do custo das Cotas (Lei nº12.783/2013), de Itaipu decorrente da variação do dólar e da elevação dos montantes de energia nova e de fontes alternativas dos Contratos de Compra de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR. O aumento do custo da compra de energia representa +1,58% no reajuste econômico;
 - Encargos de transmissão – aumento de 9,2% decorrente principalmente de novas tarifas e novas Receitas Anuais Permitidas da Rede Básica em relação ao ciclo anterior, representando +0,83% no reajuste econômico;
 - Receitas Irrecuperáveis – aumento de +0,2% decorrente dos novos valores regulatórios definidos após a conclusão da revisão tarifária de 2018. Este item representou 0,00% no reajuste econômico.
- (ii) **Parcela B:** Reajustada em +3,0%, representando uma participação de +0,98% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:
- IPCA de 3,94%, no período de 12 meses findos em fevereiro de 2020; e
 - Fator X de 0,88%, composto por:
 - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de 1,34%;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Componente X-Q (qualidade do serviço) de -0,46%; e
- Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de 0,00%, previamente definido na 4ªRTP para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia.

(iii) **Componentes financeiros:** Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante de R\$ 363.023, dentre os quais destaca-se: R\$ 254.544 referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (“CVA”), neutralidade de Encargos Setoriais de R\$ -16.740, Sobrecontratação de R\$ -75.846, Reversão Efeito CDE Conta ACR (RTE 2019) de R\$ 114.366, Previsão de Risco Hidrológico de R\$ 211.903 e Recomposição dos Custos Incorridos pela não Compensação de 100% dos Créditos de ICMS de R\$ 4.949.

O reajuste tarifário médio de +2,71% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, sendo 3,38% e 2,48% para alta e baixa tensão, respectivamente.

4. Principais mudanças nas políticas contábeis

Alterações ao CPC 00 (R2) | *Conceptual Framework* – Estrutura conceitual para relatório financeiro

O CPC 00 (R2) – Estrutura conceitual para relatório financeiro, equivalente ao pronunciamento do IASB conhecido como *Conceptual Framework*, alterado com o objetivo de melhor refletir alterações conceituais estabelecidas pelo IASB, principalmente com relação aos seguintes aspectos:

- Conceitualiza e clarifica questões acerca do objetivo do relatório financeiro, as características qualitativas da informação financeira útil, e a descrição da entidade, bem como os seus limites;
- Clarifica as definições de ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas e despesas em diversos aspectos;
- Define critérios para inclusão de ativos e passivos nas Demonstrações Contábeis (reconhecimento) e orientação sobre quando removê-los (desreconhecimento);
- Bases de mensuração e orientação sobre quando e como utilizá-las; e
- Determina conceitos e estabelece orientações quanto a apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis e notas explicativas.

Adicionalmente, as alterações realizadas ao CPC 00 (R2) também impactam o conceito de materialidade, estabelecendo de forma clara a aplicação deste conceito e determinando que “informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das Demonstrações Contábeis de propósito geral tomam como base nessas Demonstrações Contábeis, que fornecem informações financeiras sobre o relatório específico da entidade”.

As mudanças são aplicáveis para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2020 e visam auxiliar o entendimento de temas específicos, melhorando a qualidade das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia as mudanças realizadas não causaram impactos ou alterações em suas demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o período ao que esta demonstração contábil se refere e não identificou qualquer impacto para suas demonstrações contábeis.

As alterações realizadas visam auxiliar o entendimento de temas específicos, melhorando a qualidade das Demonstrações Contábeis e as informações divulgadas. As alterações realizadas são aplicáveis para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2020 e de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia não há expectativa de que impactos significativos sejam identificados.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	30.06.2020	31.12.2019
Caixa e contas correntes bancárias	41.069	38.136
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	16.840	86.134
Operações compromissadas	116.507	129.854
	133.347	215.988
Fundos não exclusivos		
Fundos de investimentos abertos	1.026	25.668
Operações compromissadas	9.199	23.270
Total de fundos de investimento não exclusivos	10.225	48.938
Aplicações financeiras (Equivalentes de caixa)	143.572	264.926
Total	184.641	303.062

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, estas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Títulos e valores mobiliários

	30.06.2020	31.12.2019
Fundos de investimentos não exclusivos	90.568	73.186
Fundos de investimentos exclusivos	34.369	33.072
Títulos públicos	32.236	19.584
LF - Letra Financeira	2.133	13.488
Total	124.937	106.258

A Companhia aplica uma parcela do seu caixa em Fundo de Investimento não exclusivo, administrado por *Asset* de primeira linha. Estes Fundos são classificados como Renda Fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI.

Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do semestre findo em 30 de junho de 2020.

7. Consumidores e outras contas a receber

A composição do saldo de consumidores e outras contas a receber é como segue:

	A vencer			Total	PECLD	Total 30.06.2020
	até 30 dias	Vencidos até 90 dias	acima de 90 dias até 5 anos			
CIRCULANTE						
Fornecimento faturado	444.836	449.840	1.168.316	2.062.992	(770.816)	1.292.176
Receita não faturada	207.772	-	-	207.772	(3.601)	204.171
Encargo de uso de rede	3.277	-	-	3.277	-	3.277
Parcelamento de débitos	-	-	112.378	112.378	(38.054)	74.324
Agente de cobrança da iluminação pública	131	266	4.358	4.755	(4.755)	-
Compartilhamento de uso mútuo	2.720	5.778	36.854	45.352	(25.525)	19.827
TOTAL - CIRCULANTE	658.736	455.884	1.321.906	2.436.526	(842.751)	1.593.775
NÃO CIRCULANTE						
Consumidores - distribuição de energia:						
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	4.136	4.136	(4.136)	-
Parcelamento de débitos	-	-	60.474	60.474	(38.303)	22.171
TOTAL - NÃO CIRCULANTE	-	-	64.610	64.610	(42.439)	22.171
TOTAL - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE	658.736	455.884	1.386.516	2.501.136	(885.190)	1.615.946

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	A vencer	Vencidos		Total	PECLD	Total 31.12.2019
	até 30 dias	até 90 dias	acima de 90 dias até 5 anos			
CIRCULANTE						
Fornecimento faturado	498.376	337.954	1.000.813	1.837.143	(738.782)	1.098.361
Receita não faturada	274.315	-	-	274.315	(6.512)	267.803
Baixa renda - subsídio CDE	1.782	-	-	1.782	-	1.782
Encargo de uso de rede	3.277	2.694	-	5.971	-	5.971
Parcelamento de débitos	-	-	109.004	109.004	(31.984)	77.020
Agente de cobrança da iluminação pública	138	126	3.919	4.183	(4.183)	-
Compartilhamento de uso mútuo	-	6.554	35.421	41.975	(24.853)	17.122
TOTAL - CIRCULANTE	777.888	347.328	1.149.157	2.274.373	(806.314)	1.468.059
NÃO CIRCULANTE						
Consumidores - distribuição de energia:						
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	4.136	4.136	(4.136)	-
Parcelamento de débitos	-	-	63.668	63.668	(39.542)	24.126
TOTAL - NÃO CIRCULANTE	-	-	67.804	67.804	(43.678)	24.126
TOTAL - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE	777.888	347.328	1.216.961	2.342.177	(849.992)	1.492.185

A movimentação da perda esperada com crédito de liquidação duvidosa é a seguinte:

Rubricas de origem	Saldo inicial 31/12/2019	(Provisões)/Reversões	Perda	Saldo final 30/06/2020
Consumidores e outras contas a receber	(849.992)	(84.620)	49.422	(885.190)
Outros ativos	(11.600)	(3.538)	1.477	(13.661)
	(861.592)	(88.158)	50.899	(898.851)
Circulante	(817.914)			(856.412)
Não Circulante	(43.678)			(42.439)
Total	(861.592)			(898.851)

A perda esperada com crédito de liquidação duvidosa é constituída com base nos valores a receber dos consumidores, segregando em grandes clientes (alta tensão), clientes corporativos (baixa tensão) e administração pública. Considera também, uma análise coletiva e/ou individual, quando aplicável, dos títulos a receber ou do saldo da dívida parcelada, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, considerando um novo modelo de avaliação a fim de apurar as perdas esperadas. No que tange à abordagem coletiva, a Companhia utilizou uma matriz de provisão, conforme previsto na norma, que reflete a experiência de perda de crédito histórica para classe que foi agrupada. A matriz de provisão estabelece percentuais dependendo do *aging* das contas a receber. Na abordagem individual a Companhia considerou o comportamento específico de determinados clientes em função do histórico de inadimplência e as informações disponíveis sobre as contrapartes. Os impactos estão relacionados ao cenário causado pela pandemia (COVID-19) – vide nota explicativa nº 1.1.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Subvenção CDE - desconto tarifário

Valor a ser repassado pela CCEE, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras (previsão) e recebidos mensalmente pela Companhia. A diferença entre a previsão e o subsídio efetivamente apurado é verificada a cada processo tarifário, sendo que a Companhia recebe ou paga a diferença durante os 12 meses do referido processo tarifário.

	30.06.2020	31.12.2019
CDE compensação - liminar (a)	295.284	295.284
Baixa renda - subsidio CDE (b)	8.293	-
Subsidio CDE mensal - ciclo corrente (c)	15.565	-
Previsão ajuste CDE ciclo corrente	(1.956)	(2.398)
CDE a receber - diferença ciclo anterior	3.798	2.981
	320.984	295.867

- a) Os valores em aberto de novembro de 2014 até a 2017 (Resoluções homologatórias 1.703/2014, 1.861/2015, 2.023/2016 e 2.207/2017), foram objeto de compensação integral com os valores devidos à Eletrobrás/CCEE relativos a Encargos CDE, por força de decisão liminar proferida em favor da Companhia em 08 de julho de 2015. Em função da decisão ser liminar, a Companhia mantém registrado no passivo circulante, na linha de taxas regulamentares (vide nota 20), o montante de R\$ 295.284 (R\$ 295.284 em 31 de dezembro de 2019), correspondente à parcela a repassar a CCEE decorrente da subvenção CDE, que será compensado quando a decisão transitar em julgado vide nota explicativa nº 20.
- b) A Medida Provisória ("MP") nº 950, que vigorou de 1 de abril a 30 de junho de 2020 estabeleceu algumas alterações temporárias à Lei nº 12.212 de 20 de janeiro de 2010, modificando o formato de desconto tarifário para os consumidores beneficiados pela categoria baixa renda, para os quais a parcela do consumo de energia elétrica inferior ou igual a 220 KWh/mês passa a ter um desconto de 100% e sobre a parcela do consumo de energia elétrica superior a 220 KWh/mês não incide qualquer desconto. De acordo com as homologações da ANEEL, a Companhia recebeu repasses relacionados ao desconto da classe baixa renda, no valor de R\$ 17.679, referentes às competências de abril e maio. O saldo em aberto em 30 de junho de 2020 corresponde à competência de junho, a qual estima-se ser recebida em julho.
- c) Em dezembro de 2019, a Companhia realizou operação de cessão de recebíveis sem direito de regresso, transferindo todos os riscos e benefícios vinculados relativos a previsão de Subsidio CDE (mensal) ciclo corrente, para a instituição financeira na data da transação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Tributos a compensar

	30.06.2020		31.12.2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Imposto de renda e contribuição social	18.288	-	30.925	-
ICMS (a)	96.927	96.768	82.175	87.433
PIS e COFINS (b)	14.964	-	708	-
Outros tributos (c)	35.774	-	29.638	-
Total	165.953	96.768	143.446	87.433

- a) Em 30 de junho de 2020, o total de crédito de ICMS, está composto basicamente de R\$ 117.568 referente à Lei Complementar nº 102/00, que prevê o crédito do ICMS sobre aquisição de bens para o ativo fixo e compensação em 48 meses, R\$ 12.170 de Incentivo cultural, R\$ 24.654 do FEEF (Fundo estadual de equilíbrio fiscal) dos anos de 2016 a 2018, R\$ 1.273 refere-se a créditos de compra de energia, R\$ 14.209 aos pedidos de restituição de ICMS dos clientes CEDAE e CERES, R\$ 22.793 refere-se a pedido restituição do ICMS sobre consumo próprio e R\$ 1.028 refere-se a créditos indevidos contabilizados na conta do ICMS no momento do ingresso da nota fiscal e que serão estornados.
- b) A variação no semestre findo em 30 de junho de 2020, decorre principalmente dos valores de PIS/COFINS a recuperar que são recebidos de órgãos públicos (órgãos da administração direta, autarquias e fundações da administração pública do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios) pelo fornecimento de energia elétrica no ano de 2019, em conformidade com o artigo 64 da Lei 9.430/1996. Esses valores serão compensados durante o exercício de 2020.
- c) Outros tributos é composto principalmente de FinSocial de 1991/1992 para o qual o ganho já foi transitado em julgado e aguarda-se a finalização dos procedimentos legais junto à Receita Federal para posterior compensação (montante de de R\$ 27.011 em 30 de junho de 2020).



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Ativos e passivos financeiros setoriais

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os custos efetivamente incorridos e os custos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais, sendo estas variações atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

Ativo (passivo) financeiro setorial Líquido	31.12.2019	Adição	Amortização	Recebimento Bandeiras Tarifárias	Remuneração	Reclassificações	30.06.2020	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA	237.986	106.987	(169.973)	(33.767)	5.023	-	146.256	164.436	(18.180)	159.108	(12.852)
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	390.141	199.638	(231.836)	(33.767)	12.004	-	336.180	255.203	80.977	278.944	57.236
Proinfra	(1.109)	(2.214)	676	-	(59)	-	(2.706)	(2.708)	2	(2.706)	-
Transporte Rede Básica	29.316	6.529	(10.892)	-	618	-	25.571	19.991	5.580	21.627	3.944
Transporte de Energia - Itaipu	8.765	3.181	(3.841)	-	148	-	8.253	5.055	3.198	5.993	2.260
ESS	(116.031)	(94.388)	60.646	-	(3.017)	-	(152.790)	(68.502)	(84.288)	(93.211)	(59.579)
CDE	(73.096)	(5.759)	15.274	-	(4.671)	-	(68.252)	(44.603)	(23.649)	(51.539)	(16.713)
Demais passivos financeiros setoriais	(73.466)	(37.078)	93.790	-	3.878	(9.461)	(22.337)	(64.456)	42.119	(52.111)	29.774
PIS/COFINS alíquota efetiva	9.266	-	-	-	-	(9.266)	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	7.601	38.061	688	-	802	-	47.152	(11.160)	58.312	5.934	41.218
Sobrecontratação de Energia	(29.733)	5.102	63.546	-	(1.527)	(14.913)	22.475	(50.563)	73.038	(29.152)	51.627
Devoluções Tarifárias	(41.530)	(13.870)	12.921	-	(283)	14.989	(27.773)	(19.083)	(8.690)	(21.631)	(6.142)
Demais ativos e passivos financeiros setoriais	(19.070)	(66.371)	16.635	-	4.886	(271)	(64.191)	16.350	(80.541)	(7.262)	(56.929)
Total ativo (passivo) financeiro setorial líquido	164.520	69.909	(76.183)	(33.767)	8.901	(9.461)	123.919	99.980	23.939	106.997	16.922

A Administração da Companhia, objetivando melhor apresentação de suas Demonstrações Contábeis, procedeu no segundo trimestre à reclassificação dos saldos de Pis e Cofins alíquota efetiva para a rubrica de consumidores e outras contas a receber, visto que representam valores ainda não faturados aos consumidores devido ao seu mecanismo de funcionamento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Ativo indenizável (concessão)

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros “valor justo por meio de resultado”, pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da Companhia para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no valor novo de reposição (VNR), acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de acordo com a Base de Remuneração Regulatória (BRR).

Em 30 de junho de 2020 a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da Concessão está assim apresentada:

	30.06.2020
Saldo Inicial	3.613.155
Transferências do ativo contratual	<u>136.339</u>
Marcação a mercado	<u>12.569</u>
Saldo Final	<u>3.762.063</u>

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado

O imobilizado da distribuidora refere-se a bens que não estão vinculados à atividade de distribuição de energia elétrica, bem como aos direitos de uso de ativo arrendado. A seguir é apresentada a movimentação desses ativos:

	31.12.2019	Adição	Depreciação/ Amortização	Baixa	Remensuração	Transferência	30.06.2020
Imobilizado em serviço							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	675	-	-	-	-	-	675
Máquinas e equipamentos	130.228	-	-	(1.131)	-	750	129.847
Móveis e utensílios	36.212	-	-	-	-	1.534	37.746
Subtotal	167.115	-	-	(1.131)	-	2.284	168.268
Depreciação acumulada							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(87)	-	(21)	-	-	-	(108)
Máquinas e equipamentos	(96.013)	-	(3.668)	1.131	-	-	(98.550)
Móveis e utensílios	(20.719)	-	(1.163)	-	-	-	(21.882)
Subtotal	(116.819)	-	(4.852)	1.131	-	-	(120.540)
Imobilizado em curso							
Máquinas e equipamentos	6.411	750	-	-	-	(750)	6.411
Móveis e utensílios	6.932	1.534	-	-	-	(1.534)	6.932
Subtotal	13.343	2.284	-	-	-	(2.284)	13.343
Total do imobilizado	63.639	2.284	(4.852)	-	-	-	61.071
Ativo de direito de uso							
Terrenos	938	-	(136)	-	(39)	-	763
Imóveis	41.069	300	(4.820)	-	492	-	37.041
Veículos e outros meios de transporte	1.247	-	(831)	-	-	-	416
Subtotal	43.254	300	(5.787)	-	453	-	38.220
Total	106.893	2.584	(10.639)	-	453	-	99.291

As principais taxas de depreciação que refletem a vida útil regulatória dos ativos imobilizados anteriormente descritos, de acordo com a Resolução Aneel nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

ADMINISTRAÇÃO	%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	3,33%

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente na data-base de 30 de junho de 2020:

Ativo de direito de uso	Prazo médio contratual remanescente (anos)
Terrenos	5,68
Imóveis	4,88
Veículos e outros meios de transporte	0,25

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Intangível

	30.06.2020			31.12.2019
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações Especiais	Valor Líquido
Em Serviço				
Direito de uso da concessão	5.957.937	(3.442.390)	(149.628)	2.365.919
Software	334.174	(188.759)	-	145.415
Bens de Renda	20.054	(18.082)	-	1.972
Total	6.312.165	(3.649.231)	(149.628)	2.513.306

	Em Serviço			
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações Especiais	Valor Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	6.246.237	(3.437.577)	(158.944)	2.649.716
Baixas	(7.206)	1.933	-	(5.273)
Amortização	-	(213.587)	9.316	(204.271)
Transferência dos ativos contratuais	73.134	-	-	73.134
Saldo em 30 de junho de 2020	6.312.165	(3.649.231)	(149.628)	2.513.306

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil regulatória estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, de acordo com as regras definidas pela ANEEL para fins tarifários e de estimativa da indenização dos bens reversíveis à concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será amortizado e limitado ao término do contrato de concessão da Companhia. Esse intangível é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido de amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está registrado como ativo indenizável.

DISTRIBUIÇÃO	%
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Transformador de força	2,86%
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35%
Painel	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69kv	4,35%
Software	20,00%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Ativos Contratuais

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) – Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção) pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão. O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura registrada no ativo contratual, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 5,79% a.a. no semestre findo em 30 de junho de 2020 e 5,32% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

	30.06.2020		31.12.2019
	Custo	Obrigações Especiais	Valor Líquido
Em Curso			
Direito de uso da concessão	1.074.666	(101.993)	972.673
Software	91.240	-	91.240
Total	1.165.906	(101.993)	1.063.913

	Em Curso		
	Custo	Obrigações Especiais	Valor Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	901.918	(100.841)	801.077
Adições	472.367	(1.152)	471.215
Capitalização de juros de empréstimos	1.094	-	1.094
Transferências para ativo intangível	(73.134)	-	(73.134)
Transferências para ativo indenizável	(136.339)	-	(136.339)
Saldo em 30 de junho de 2020	1.165.906	(101.993)	1.063.913

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Fornecedores e outras contas a pagar

	30.06.2020	31.12.2019
CIRCULANTE		
Compra de Energia (a)	348.059	452.456
Compra de Energia com partes relacionadas	1.238	1.422
Encargo de Uso da Rede	44.279	56.260
Encargo de Uso da Rede com partes relacionadas	432	417
Total energia	394.008	510.555
Materiais e serviços	344.955	356.211
Materiais e serviços com partes relacionadas	55.467	32.735
Total fornecedores	794.430	899.501

- a) A redução do saldo a pagar está principalmente relacionada à melhora do cenário hidrológico, impactando em menor custo com risco hidrológico e custos variáveis das usinas termoeletricas.

16. Obrigações fiscais

	30.06.2020	31.12.2019
Imposto de renda e contribuição social a pagar (a)	-	7.197
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (b)	84.192	104.807
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS (c)	125.118	42.427
Programa de integração social - PIS (c)	26.995	9.083
Imposto sobre serviços - ISS	2.574	2.871
INSS s/ terceiros	6.731	7.247
Outros (d)	4.273	29.018
Total circulante	249.883	202.650

- a) A Companhia apurou prejuízo fiscal e base negativa no semestre findo em 30 de junho de 2020. Por esse motivo, não há saldos a pagar.
- b) O ICMS da Companhia é apurado e recolhido por decêndio, conforme Decreto nº 45520/2015. A área Tributária recebe as informações do faturamento de energia do período de 01 a 10 e efetua o pagamento do ICMS no dia 15 do próprio mês, o mesmo ocorre para o período de faturamento de 11 a 20 que é pago no dia 25. No dia 01 do mês subsequente, a área responsável pelo faturamento envia todos os relatórios finais do faturamento mensal para que a área Tributária realize a apuração do ICMS. Na apuração são considerados todos os créditos devidos e são deduzidos os pagamentos realizados nos dias 15 e 25. O valor final do ICMS apurado é pago no dia 05 do mês subsequente ao faturamento.
- c) O aumento dos tributos federais está relacionado com as determinações das Portarias nº 139, de 3 de abril de 2020 e nº 245 de 15 de junho de 2020.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- d) A variação entre os períodos apresentados decorre principalmente do pagamento do IRRF sobre a novação de contratos de mútuos celebrados entre a Companhia e a Enel Brasil em dezembro de 2019. O referido imposto teve seu pagamento em janeiro de 2020 no montante de R\$23.828.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos

	30.06.2020						31.12.2019					
	Circulante			Não Circulante			Total Circulante + Não Circulante	Circulante			Não Circulante	Total Circulante + Não Circulante
	Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total		Encargos	Principal	Total		
Moeda estrangeira:												
Citibank N.A (II) (e)	13	525.630	525.643	-	-	-	525.643	31	-	31	390.508	390.539
Itaú BBA International PLC (f)	8.469	-	8.469	-	411.494	411.494	419.963	6.380	-	6.380	304.802	311.182
Scotiabank (c)	3.325	290.195	293.520	-	-	-	293.520	2.492	214.954	217.446	-	217.446
Scotiabank II (a)	526	175.160	175.686	-	-	-	175.686	-	-	-	-	-
Total moeda estrangeira	12.333	990.985	1.003.318	-	411.494	411.494	1.414.812	8.903	214.954	223.857	695.310	919.167
Moeda nacional:												
Financiamentos												
BNDES (Capex 2012-2013) FINAME (h1)	30	8.257	8.287	-	15.826	15.826	24.113	35	8.257	8.292	19.954	28.246
BNDES (Capex 2012-2013) A	-	-	-	-	-	-	-	41	12.182	12.223	-	12.223
BNDES (Capex 2012-2013) B	-	-	-	-	-	-	-	46	12.182	12.228	-	12.228
BNDES (Capex 2012-2013) F (h2)	1	263	264	-	-	-	264	1	526	527	-	527
BNP PARIBAS 4131 (d)	13.533	-	13.533	-	400.000	400.000	413.533	13.720	-	13.720	400.000	413.720
Financiamentos - Moeda nacional	13.564	8.520	22.084	-	415.826	415.826	437.910	13.843	33.147	46.990	419.954	466.944
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas												
Enel Brasil Mútuo Subordinado (vide nota 21) (g)	-	-	-	-	200.040	200.040	200.040	-	196.029	196.029	-	196.029
Enel Brasil Mútuo 53 e 54 (vide nota 21) (b)	-	-	-	19.128	891.693	910.821	910.821	2.234	791.693	793.927	-	793.927
Total de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	-	-	-	19.128	1.091.733	1.110.861	1.110.861	2.234	987.722	989.956	-	989.956
Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional	13.564	8.520	22.084	19.128	1.507.559	1.526.687	1.548.771	16.077	1.020.869	1.036.946	419.954	1.456.900
Total de empréstimos e financiamentos	25.897	999.505	1.025.402	19.128	1.919.053	1.938.181	2.963.583	24.980	1.235.823	1.260.803	1.115.264	2.376.067
Resultado das operações de Swap	(302)	(313.715)	(314.017)	-	(163.917)	(163.917)	(477.934)	4.555	(12.985)	(8.430)	(124.110)	(132.540)
Total de empréstimos e financiamentos, líquido de Swap	25.595	685.790	711.385	19.128	1.755.136	1.774.264	2.485.649	29.535	1.222.838	1.252.373	991.154	2.243.527

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Segue movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.036.946	419.954	223.857	695.310
Captações	51.332	100.000	150.000	-
Encargos provisionados	21.932	16.895	18.152	-
Encargos pagos	(18.200)	-	(16.053)	-
Variação monetária e cambial	-	-	237.753	107.344
Transferências	(989.838)	989.838	391.160	(391.160)
Amortizações	(76.077)	-	-	-
Juros incorporados ao principal	(4.011)	-	-	-
Ajuste a valor de mercado	-	-	(1.551)	-
Saldo em 30 de junho de 2020	22.084	1.526.687	1.003.318	411.494

A curva de amortização dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

30.06.2020			
2021	2022	2023	Total não Circulante
415.623	1.499.990	3.440	1.919.053



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

(i) Empréstimos e financiamentos obtidos durante o semestre findo em 30 de junho de 2020:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de Amortização	pagamento de Juros	Finalidade	Garantia
Enel Brasil Mútuo 54 (vide nota 21) (b)	100.000	18/06/2020	11/12/2022	CDI + 2,10%	Bullet	Bullet	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Scotiabank II (a)	150.000	10/03/2020	16/09/2020	1,02%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A

(ii) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e vigentes no semestre findo em 30 de junho de 2020:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de Amortização	pagamento de Juros	Finalidade	Garantia
Enel Brasil Mútuo 53 (vide nota 21) (b)	788.003	10/12/2019	11/12/2022	CDI + 0,70%	Bullet	Bullet	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Scotiabank (c)	200.000	11/07/2019	15/07/2020	2,47%	Bullet	Semestral	Capital de Giro	N/A
BNP PARIBAS 4131 (d)	400.000	04/02/2019	07/02/2022	8,40%	Bullet	Semestral	Capital de Giro	Enel Brasil
Citibank N.A (II) (e)	320.000	28/03/2018	29/03/2021	LIBOR + 0,55%	Bullet	Trimestral	Capital de Giro	Enel Brasil
Itaú BBA International PLC (f)	250.000	05/07/2017	05/07/2021	4,21%	Bullet	Semestral	Capital de Giro	Fiança
Enel Brasil Mútuo Subordinado (vide nota 21) (g)	191.214	29/12/2015	11/12/2022	CDI + 0,57%	Bullet	Bullet	Empréstimo subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
BNDES (Capex 2012-2013) FINAME (h1)	73.625	15/08/2013	15/05/2023	3,00%	Mensal	Mensal	Financiamento do CAPEX 2012/2013	Recebíveis
BNDES (Capex 2012-2013) F (h2)	2.059	12/12/2016	15/12/2020	100% TJLP	Mensal	Mensal	Financiamento do CAPEX 2012/2013	Recebíveis

Nas operações de financiamento com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, empréstimo com Citibank N.A e Itaú BBA Internacional PLC e Scotiabank, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações, durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas no semestre findo em 30 de junho de 2020.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contratos	Obrigações Especiais Financeiras	Limite	Periodicidade de Apuração dos Índices
BNDES 2012 e 2013	Endividamento Bancário Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Anual
BNDES 2012 e 2013	Endividamento Bancário Líquido Líquido / (PL + Endividamento Bancário Líquido) (máximo)	0,60	Anual
CITIBANK N.A	Endividamento Financeiro Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Trimestral
ITAÚ BBA INTERNATIONAL PLC	Endividamento Financeiro Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Semestral
ITAÚ BBA INTERNATIONAL PLC	Endividamento Financeiro Líquido / (PL + Endividamento Financeiro Líquido) (máximo)	0,60	Semestral
SCOTIABANK	Endividamento Financeiro Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Semestral

Contratos BNDES 2012 e 2013:

- Endividamento Bancário Líquido é o Endividamento bancário total, reduzido pelo valor de caixa e equivalentes de caixa.
- LAJIDA é o lucro líquido antes do resultado financeiro, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro, depreciação e amortização (últimos 12 meses).

Contratos Citibank N.A, Itaú BBA e Scotiabank.

- Endividamento financeiro líquido considera o endividamento total, excluindo a dívida subordinada com parte relacionada, reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa.
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para contingências, para devedores duvidosos e baixa de títulos incobráveis (últimos 12 meses).



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Debêntures

	30.06.2020					31.12.2019				
	Circulante			Não circulante	Total Circulante + Não Circulante	Circulante			Não circulante	Total Circulante + Não Circulante
	Encargos	Principal	Total	Principal		Encargos	Principal	Total	Principal	
1ª série - 9ª emissão (a)	695	600.000	600.695	-	600.695	1.170	600.000	601.170	-	601.170
1ª série - 10ª emissão (b)	9.769	-	9.769	1.000.000	1.009.769	15.782	-	15.782	1.000.000	1.015.782
(-) Custo de transação	-	(518)	(518)	(1.220)	(1.738)	-	(1.037)	(1.037)	(1.382)	(2.419)
Total de debêntures	10.464	599.482	609.946	998.780	1.608.726	16.952	598.963	615.915	998.618	1.614.533

As debêntures são simples e não conversíveis em ações.

A seguir é apresentada a movimentação das debêntures no semestre findo em 30 de junho de 2020:

	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2019	615.915	998.618	1.614.533
Encargos provisionados	31.195	-	31.195
Encargos pagos	(37.683)	-	(37.683)
Apropriação custo de transação	519	162	681
Em 30 de junho de 2020	609.946	998.780	1.608.726

Abaixo é apresentada a curva de amortização das debêntures registradas no passivo não circulante:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2022	2023	2024	Total
1ª série - 10ª emissão	-	-	666.667	333.333	1.000.000
(-) Custo de transação	(325)	(488)	(325)	(82)	(1.220)
Total a amortizar	(325)	(488)	666.342	333.251	998.780

As principais características das debêntures, obtidas em exercícios anteriores e vigentes no semestre findo em 30 de junho de 2020, estão descritas a seguir:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Vencimento inicial	Vencimento final	Pagamento de juros	Remuneração	Tipo de amortização	Quantidade de títulos	Finalidade
1ª série - 9ª emissão (a)	600.000	15/12/2017	15/12/2017	15/12/2020	Semestral	114% CDI	Bullet	600	Implementação de programas de investimento
1ª série - 10ª emissão (b)	1.000.000	15/04/2019	15/04/2019	15/03/2024	Semestral	108% CDI	Semestral - à partir de 15/03/2023	1.000	Refinanciamento dívida

A Companhia está sujeita à manutenção dos seguintes índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas informações trimestrais, os quais foram atingidos no semestre findo em 30 de junho de 2020.

9ª e 10ª emissão	
Obrigações especiais financeiras	Limite
Endividamento Financeiro Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50

- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para contingências e para devedores duvidosos e baixas de títulos incobráveis (últimos 12 meses).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Obrigações por arrendamentos

Os saldos em 30 de junho de 2020 das obrigações por arrendamentos são demonstrados como segue:

	30.06.2020	31.12.2019	Média ponderada de meses remanescentes	Tipo de Amortização	Encargos Financeiros
Obrigações por arrendamento:					
Terrenos	947	1.044	69,16	Mensal	de 5,34% a.a até 12,94% a.a
Imóveis	42.606	43.991	59,53	Mensal	de 4,01% a.a até 10,32% a.a
Veículos e outros meios de transporte	617	1.612	4,00	Mensal	8,97% a.a
Total	44.170	46.647			
Circulante	15.318	12.759			
Não circulante	28.852	33.888			
	44.170	46.647			

A curva de amortização das obrigações por arrendamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

	Não circulante		
	Principal	Juros	Total
2021 - 2022	10.305	(2.356)	7.949
2022 - 2023	6.499	(1.757)	4.742
2023 - 2024	6.141	(1.373)	4.768
2024 - 2025	6.109	(950)	5.159
2025 em diante	6.629	(395)	6.234
	35.683	(6.831)	28.852

A seguir movimentação das obrigações por arrendamentos:

	Moeda Nacional		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	12.759	33.888	46.647
Adições	-	300	300
Remensuração	453	-	453
Pagamentos	(4.873)	-	(4.873)
Transferências	5.336	(5.336)	-
Encargos provisionados	1.643	-	1.643
Saldo em 30 de junho de 2020	15.318	28.852	44.170

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Taxas Regulamentares

	30.06.2020	31.12.2019
Conta de desenvolvimento energético - CDE (Vide nota 8) (a)	295.284	295.284
Programas de P&D e PEE	102.749	85.229
Outros	11.657	18.288
Total	409.690	398.801
Circulante	343.431	347.743
Não Circulante	66.259	51.058

(a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Conforme previsto na Resolução Homologatória nº 2.521, de 20 de março de 2019, o período de vigência da cobrança do encargo CDE-ACR se encerrou no mês de agosto de 2019. O saldo apresentado refere-se ao montante não compensado contabilmente proveniente de decisão liminar conforme comentado na nota 8.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Partes relacionadas

Natureza da transação	Parte relacionada	Vigência	30.06.2020			31.12.2019			Receita (Despesa)	
			Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	30.06.2020	30.06.2019
Benefícios pós-emprego	Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS	Até o final da concessão	-	-	494.239	-	-	463.222	(16.391)	(16.899)
Comissão (Propaganda/publicidade/venda em futura de energia)	ENEL X Brasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	57	-	-	103	-	-	372	545
Comissão (Propaganda/publicidade/venda em futura de energia)	ENEL X Brasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	-	3.569	-	-	3.371	-	(3.021)	(3.231)
Prestação de serviços técnicos e gestão, conforme despacho nº 560 de 20 de fevereiro de 2020.	ENEL Brasil S.A.	Março de 2020 a Março de 2025	-	9.466	-	-	-	-	-	-
Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016. (*)	ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO		3.247	1.745	-	1.931	1.230	-	-	-
	ENEL Green Power Brasil	Fevereiro de 2024	100	-	-	100	-	-	-	-
	ENEL Brasil S.A.		-	35.704	-	-	18.959	-	-	-
Suprimento de energia - CCEAR	ENEL Green Power Projetos I S.A.		-	589	-	-	633	-	(3.675)	(3.557)
	ENEL Green Power Paranapanema		-	73	-	-	77	-	(438)	(435)
	ENEL Green Power Mourão		-	21	-	-	22	-	(125)	(121)
	ENEL Green Power Cabeça de Boi S.A.		-	96	-	-	94	-	(461)	(442)
	ENEL Green Power Fazenda S.A.		-	75	-	-	75	-	(309)	(295)
	ENEL Green Power Salto do Apiacás S.A.	Até o final da concessão	-	159	-	-	302	-	(761)	(728)
	ENEL Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.		-	105	-	-	102	-	(582)	(554)
	ENEL Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.		-	120	-	-	117	-	(540)	(513)
	ENEL Green Power Cristalândia I Eólica S.A.		-	-	-	-	-	-	-	(232)
ENEL Green Power Cristalândia II Eólica S.A.		-	-	-	-	-	-	-	(464)	
Reembolso de despesas de viagens (projetos)	ENDESA S.A.	20/10/2009	-	162	-	-	162	-	-	-
Encargo de uso do sistema de transmissão	ENEL CIEN S.A.	Até o final da concessão	-	432	-	-	417	-	(2.150)	(1.915)
Dividendos	ENEL Brasil S.A.	Dezembro de 2019 a dezembro de 2020	-	87.917	-	-	87.917	-	-	-
	ENEL Américas S.A.		-	24.479	-	-	24.479	-	-	(503)
Mútuo(*)	ENEL Brasil S.A.	2015 a 2022	-	-	1.110.861	-	989.956	-	(20.904)	(40.680)
Comissão de Fiança	ENEL Brasil S.A.	07/02/2022	-	2.832	-	-	1.888	-	(3.033)	-
Compartilhamento de recurso especializado para gerenciamento e apoio operacional.	ENEL SPA		333	-	-	257	-	-	77	(8)
	E-DISTRIBUTIE MUNTENIA SA ENEL GLOBAL INFRASTRUCTURE AND NETWORK	Até o final da concessão	195	-	-	-	-	-	195	-
Manutenção de licenças dos sistemas Nostrum, Oracle, SAP e também serviços associados ao projeto de telemando LATAM.	ENEL Itália		-	-	-	-	4.521	-	-	-
	ENEL Ibéria SLR		-	1.387	-	-	1.387	-	-	-
Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura entre as partes relacionadas, conforme DESPACHO N° 338, de 06 de fevereiro de 2019. (*)	ENEL Distribuição Ceará - COELCE		2.447	232	-	2.447	31	-	-	-
	ENEL Green Power Projetos I S.A.		536	-	-	504	-	-	-	-
	ENEL Geração Fortaleza - CGTF		28	377	-	28	377	-	-	-
	ENEL Distribuição Goiás - CELG D		2.051	251	-	1.965	186	-	-	-
	ENEL Brasil S.A.	Fevereiro de 2024	24.477	-	-	23.654	-	-	-	(3.458)
	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.		13	183	-	13	183	-	-	-
	ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO		-	1.925	-	-	1.925	-	-	-
ENEL CIEN S.A.		74	-	-	65	-	-	-	-	
			33.558	172.365	1.605.100	31.067	1.138.814	463.222	(52.318)	(78.329)
		(-) Benefícios pós-emprego	-	-	494.239	-	-	463.222	(16.391)	(16.899)
TOTAL DE PARTES RELACIONADAS			33.558	172.365	1.110.861	31.067	1.138.814	-	(68.709)	(95.228)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(*) A Companhia possui contratos de compartilhamento de recursos humanos das áreas de apoio, compartilhamento de custos de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicação.

Os contratos foram firmados entre a Companhia e sociedades controladas, diretamente e indiretamente, pelo Grupo Enel no Brasil ("Companhias"), controlador da Companhia.

O compartilhamento visa otimizar os custos operacionais das Companhias seguindo os critérios de rateio e alocação de custos aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, nos termos do artigo 12 da resolução nº 699/2016 e do despacho nº338 de 06 de fevereiro de 2019.

Por se tratar de compartilhamento de custos, os gastos encontram-se registrados nas rubricas das respectivas naturezas que os representam, não constando no resultado da Companhia como transações entre partes relacionadas.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir são apresentados detalhes dos mútuos que foram referenciados, a Companhia possui três operações de mútuos vigentes com a sua controladora Enel Brasil (*):

a) Mútuo subordinado

Operação contratada em 29 de dezembro de 2015 no montante de R\$ 191.540 de acordo com a anuência anterior (nº 2.559) a uma taxa de CDI + 1,65% a.a. Em 07 de agosto de 2019 a Companhia realizou a novação dessa operação com uma nova anuência da ANEEL nº 2.979, alterando a taxa do contrato para CDI + 0,57% a.a. e a data de vencimento para 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2019, a Companhia renovou a operação até 31 de março de 2020, nessa data com necessidade de capital de giro, renovou a operação do mútuo subordinado com uma nova data de vencimento para 11 de dezembro de 2022. Nessa renovação a Companhia realizou um custo de IOF no montante de R\$ 2.965.

b) Mútuo não subordinado

Mútuo 53: Em 10 de dezembro de 2019, a companhia realizou a novação dos mútuos não subordinados que possui com sua controladora Enel Brasil, os 12 mútuos que a Companhia possuía com vencimento em 10 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 788.003, com taxa de CDI + 2,75% que foram contratados de acordo com a anuência da ANNEL nº 3.994, foram novados em uma única operação no mesmo montante das operações vencidas R\$788.003, com vencimento em 31 de março de 2020 e a taxa de CDI + 0,7% de acordo com a anuência nº 2.979.

Em 31 de março de 2020 a Companhia, com necessidade de capital de giro, renovou a operação com uma nova data de vencimento para 30 de junho de 2020. Nessa renovação a Companhia realizou um custo de IOF no montante de R\$ 3.009.

Em 30 de junho de 2020 a Companhia com necessidade de capital de giro renovou o mútuo alterando seu vencimento para 11 de dezembro de 2022. Nessa renovação a Companhia ficou isenta de custo de IOF respaldado pelo decreto nº 10.305 de 1º de abril de 2020.

Mútuo 54: Em 18 de junho de 2020 a Companhia com necessidade de capital de giro captou um novo mútuo com a Enel Brasil de acordo com anuência nº 2.979, no montante de R\$ 100.000 com vencimento em 11 de dezembro de 2022 a uma taxa de CDI + 2,10 a.a. Este instrumento está isento de IOF, conforme Decreto nº 10.305 de 1º de abril de 2020.

	30.06.2020				31.12.2019		
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante
	Encargo	Principal	Encargo	Principal	Encargo	Principal	
Empréstimos com partes relacionadas							
Enel Brasil Mútuo Subordinado (a)	-	-	-	200.040	-	196.029	-
Enel Brasil Mútuo Não Subordinado (b)	-	-	19.128	891.693	2.234	791.693	-
Total de Empréstimos com partes relacionadas	-	-	19.128	1.091.733	2.234	987.722	-
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2019	12 meses			
Encargos de empréstimos com partes-relacionadas							
Enel Brasil Mútuo Subordinado (a)	4.011	13.307	7.128	10.190			
Enel Brasil Mútuo Não Subordinado (b)	16.893	64.198	32.557	48.534			
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF Mútuo Não Subordinado	-	8.525	4.839	3.686			
Total de Encargos de empréstimos com parte relacionada	20.904	86.030	44.524	62.410			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Segue movimentação dos mútuos com partes relacionadas:

	Enel Brasil
Saldo em 31 de dezembro de 2019	989.956
Encargos provisionados	124.916
Juros incorporado ao capital	(4.011)
Saldo em 30 de junho de 2020	1.110.861

Remuneração da administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia nos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019 está demonstrada a seguir. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém, ainda, benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019
Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios / bônus)	1.571	2.938	1.564	2.606
Benefícios pós-emprego (previdência - contribuição definida)	190	385	46	120
Total	1.761	3.323	1.610	2.726

22. Obrigações com benefícios pós-emprego

Os planos de assistência médica, FGTS e BD em 30 de junho de 2020 estão representados abaixo:

	PCA	PACV	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	Total
SalDOS em 31 de dezembro de 2019	129.518	72.211	244.154	17.339	463.222
Custo do serviço corrente	-	154	1.127	363	1.644
Custo dos juros líquidos	3.832	2.414	7.992	509	14.747
Contribuições reais do empregador	(21.983)	(4.808)	(9.342)	-	(36.133)
Ganho/Perda Atuarial	36.232	15.050	(268)	(255)	50.759
SalDOS em 30 de junho de 2020	147.599	85.021	243.663	17.956	494.239
Não Circulante	147.599	85.021	243.663	17.956	494.239

Informações relevantes dos benefícios pós-emprego

Conforme previsto no CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), a avaliação atuarial é permitida em períodos intermediários, para refletir a ocorrência de mudanças significativas em condições de mercado, as quais estão principalmente relacionadas a pandemia (COVID-19), e seus impactos econômico-financeiros – vide nota explicativa nº 1.1. Dessa forma, a Companhia procedeu a atualização dos passivos, realizada por atuário independente para o semestre findo em 30 de junho de 2020, para refletir a mudança significativa das condições de mercado, especificamente

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

da variação da taxa de juros (taxa de desconto) e atualização dos patrimônios dos planos de aposentadoria. Todavia, conforme requerido pelo CPC 33(R1) e IAS 19(R), ao final do exercício a Companhia irá proceder ao cálculo atuarial anual completo, no qual revisará todas as premissas e bases cadastrais para aquela data.

A atualização da taxa de desconto e dos patrimônios, realizada no semestre findo em 30 de junho de 2020, ocasionou um aumento de R\$ 50.759 no passivo atuarial em contrapartida a outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

(a) Ativos e passivos atuariais

	30.06.2020
<u>Obrigações com benefícios pós-emprego</u>	
Valor presente das obrigações atuariais	1.513.016
Valor justo dos ativos do plano	(1.018.777)
Obrigaçãõ registrada com benefícios pós-emprego	<u>494.239</u>

(b) Movimentação do valor presente das obrigações atuariais:

	30.06.2020
Valor presente da obrigação atuarial no início do período	1.566.191
Custo dos serviços correntes	1.644
Custos dos juros	54.133
Ganho atuarial gerado pela taxa de desconto	(51.819)
Benefícios pagos	(57.133)
Valor presente da obrigação atuarial ao final do período	<u>1.513.016</u>

(c) Movimentação do valor justo dos ativos do plano:

	30.06.2020
Valor justo dos ativos do plano no início do período	1.104.916
Rendimento esperado dos ativos do plano	39.386
Contribuições do empregador	36.133
Benefícios pagos	(57.133)
Perda atuarial gerada pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	(104.525)
Valor justo dos ativos do plano ao final do exercício	<u>1.018.777</u>

A queda no rendimento dos ativos está basicamente atrelada ao cenário econômico (pandemia covid-19), que afetou negativamente o rendimento dos ativos do plano, ficando abaixo da meta atuarial do período.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(d) Movimentação contábil do passivo registrado é como segue:

	30.06.2020
Saldo do início do período	463.222
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial	1.644
Juros líquido conforme laudo atuarial	14.747
Pagamento de contribuições	(36.133)
Ajustes de avaliação atuarial	50.759
Saldo do final do período	494.239

(e) Despesas reconhecidas no resultado dos trimestres e semestres:

	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019
Custo do serviço corrente	822	1.644	458	915
Custos dos juros	7.373	14.747	7.991	15.984
Total de despesas	8.195	16.391	8.449	16.899

(f) Movimentações das remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes (ajuste de avaliação atuarial)

	30.06.2020
Saldo do início do período	-
Ganho atuarial gerado pela a taxa de desconto	51.819
Ajuste de balanço	1.947
Perda atuarial gerada pelo rendimento dos ativos do plano	(104.525)
Saldo do final do período	(50.759)

Em 30 de junho de 2020, os valores apurados no laudo atuarial são superiores as dividas contratadas com o plano, dessa forma houve uma reversão do registro efetuado em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$ 1.947.

As taxas de desconto nominal utilizadas para a obrigação atuarial, estão apresentadas a seguir:

30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Planos BD		Plano CD		Plano Médico		Plano FGTS	
7,69%	7,28%	7,85%	7,33%	7,02%	6,81%	7,28%	7,07%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demais premissas atuariais (econômicas, demográficas e expectativa de vida) utilizadas na avaliação atuarial anual, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não sofreram alteração.

23. Provisão para processos judiciais e outros

	31.12.2019	Adições	Reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	30.06.2020
Trabalhistas (a)	285.477	9.086	(10.671)	14.026	(3.207)	294.711
Cíveis (b)	315.607	82.625	(59.877)	57.756	(60.568)	335.543
Fiscais (c)	23.864	18	-	164	(18)	24.028
Regulatório (d)	1.444	-	-	-	-	1.444
Total	626.392	91.729	(70.548)	71.946	(63.793)	655.726

As contingências prováveis estão classificadas no passivo não circulante da Companhia.

a) Riscos trabalhistas

Englobam reclamações de ex-funcionários próprios e empregados de empresas terceirizadas que pleiteiam vínculo empregatício com a Companhia e posterior equiparação em direitos aos empregados desta ou eventuais verbas inadimplidas por suas empresas.

b) Riscos cíveis

Grande parte da provisão está vinculada a processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.

c) Riscos fiscais

Os principais riscos fiscais os quais a Companhia está exposta são:

O Estado de Rio de Janeiro ajuizou Execução Fiscal para cobrar débito tributário decorrente de suposto pagamento a menor no período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000, no valor atualizado em 30 de junho de 2020 de R\$ 14.248 (R\$14.150 em 31 de dezembro de 2019).

Auto de Infração e Execução Fiscal apresentados pelo Estado do Rio de Janeiro para cobrança de ICMS, relativos ao período de dezembro de 1996 a março de 1999, sob o argumento de que os bens adquiridos para o ativo fixo não estavam relacionados à atividade fim da Companhia. Provisões equivalentes a 40% e 20% das autuações fiscais, isto é, no valor atualizado em 30 de junho de 2020 de R\$ 6.293, valor total do auto de R\$ 15.732, (R\$ 6.255 e R\$ 15.636 em 31 de dezembro de 2019) e de R\$ 551, valor total do auto R\$ 2.757 (R\$548 e R\$2.738 em 31 de dezembro de 2019, respectivamente).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Riscos regulatórios

O processo punitivo regulatório é disciplinado pela Resolução Normativa 063/2004 da ANEEL. As penalidades previstas pelo regulamento vão desde advertência até a caducidade da concessão ou da permissão.

Estas penalidades são aplicáveis a todos os agentes do setor elétrico e calculadas com base no valor de faturamento.

Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	30.06.2020	31.12.2019
Trabalhistas	285.424	305.607
Cíveis	1.257.249	1.192.158
Fiscais (a)	1.904.860	1.900.780
Juizados especiais	186.303	164.067
Total	3.633.836	3.562.612

A seguir são apresentados os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão:

a) **Fiscais**

Temas federais

Imposto de renda retido na fonte - Emissão de Fixed Rate Notes (FRN)

Auto de infração de 2005 lavrado pela Receita Federal do Brasil em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte - IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de *Fixed Rate Notes* (FRN) emitidos pela Companhia em 1998. Na presente data a Companhia segue discutindo o tema através de ação judicial. O valor envolvido neste processo, atualizado em 30 de junho de 2020 é de R\$ 1.309.378 (R\$ 1.300.168 em 31 de dezembro 2019).

COFINS

Execução fiscal originada de auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em 2003 para cobrar débitos de COFINS decorrentes de supostos pagamentos a menor no período de dezembro de 2001 a março de 2002. O STF inadmitiu o recurso da Companhia, a qual apresentou embargos de declaração e posteriormente agravo interno que aguarda julgamento. Valor envolvido neste processo atualizado em 30 de junho de 2020 é de R\$ 170.520 (R\$ 169.437 em 31 de dezembro de 2019).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Temas estaduais

No âmbito estadual, a Companhia discute, ainda, diversos temas referentes ao ICMS que totalizam o montante de R\$ 327.631 em 30 de junho de 2020 (R\$ 335.843 em 31 de dezembro de 2019), que tratam de: (i) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; (ii) compensação de créditos; (iii) saída de bens para reparação; saídas de bens sem a tributação; (iv) comparação entre informes gerenciais, livros fiscais e cancelamentos de meses anteriores; (v) quebra de diferimento de isentos e (vi) cobranças de ICMS originadas da discussão dos consumidores com o Estado sobre a alíquota aplicável e sobre a incidência do ICMS na demanda contratada de energia e (vii) multa formal por erro no preenchimento da Declaração Anual para o Índice de Participação dos Municípios ("DECLAN").

Temas municipais

No âmbito municipal, a Companhia discute com os Municípios de Niterói e Rio das Ostras temas referentes à Taxa de Uso de Solo que juntos somam o valor de R\$ 20.531 em 30 de junho de 2020 (R\$ 19.147 em 31 de dezembro de 2019). Quanto ao ISS há auto de infração lavrado pelo Município de Cabo Frio e execução fiscal apresentada pelo Município de Niterói, nos montantes de R\$ 12.450 e R\$ 2.337 respectivamente, em 30 de junho de 2020 (R\$ 12.367 e R\$ 2.314 em 31 de dezembro de 2019, respectivamente).

A Companhia discute com o Município de Rio Bonito em execução fiscal cobrança de Contribuição de Iluminação Pública no valor atualizado em 30 de junho de 2020 de R\$ 41.641 (R\$ 41.096 em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia, além dos processos antes mencionados, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de IR, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total atualizado até 30 de junho de 2020 de R\$ 20.373 (R\$ 20.409 em 31 de dezembro de 2019).

Ativo Contingente

Exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS

Em março de 2017 o STF decidiu o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que estão pendentes de julgamento, buscando a modulação dos efeitos e alguns esclarecimentos.

A Companhia discute o tema em ação judicial desde 2008 e foi proferida sentença favorável em consonância com o precedente do STF, reconhecendo o direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS e segue aguardando o julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região do recurso de apelação apresentado pela União Federal.

Por se tratar de ativo contingente, nenhum registro foi efetuado pela Companhia.

Depósitos vinculados a litígios

A Companhia possui alguns depósitos vinculados a ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.06.2020	31.12.2019
Trabalhistas	166.221	166.204
Cíveis	59.209	59.363
Fiscais	694	701
Total	226.124	226.268

24. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é de R\$ 2.498.230 em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	30.06.2020		31.12.2019	
	Quantidade de ações ordinárias	% de Participação no capital	Quantidade de ações ordinárias	% de Participação no capital
Enel Brasil S.A.	166.191.392	99,73	166.191.392	99,73
Outros	442.934	0,27	442.934	0,27
Total de ações em circulação	166.634.326	100	166.634.326	100

b) Capital Social Autorizado

Na forma do disposto no artigo 168 da Lei 6.404/76, o Estatuto Social, em seu artigo 5º, parágrafo 1º, prevê que a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social em até 1.000.000.000,00, até o limite de R\$ 2.498.230.386,65, mediante a emissão de ações ordinárias correspondentes. O aumento dar-se-á sem direito de preferência aos acionistas, nas hipóteses dos incisos I e II do artigo 172 da Lei nº 6.404/76.

c) Destinação dos resultados relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em Assembleia Geral Ordinária - AGO realizada em 27 de abril de 2020, foi aprovada a destinação do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a qual segue: (i) dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$66.338; (ii) reserva de reforço de capital de giro no montante de R\$147.958. Os dividendos declarados serão pagos até 31 de dezembro de 2020.

d) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social, tal reserva será constituída ao final do exercício caso a Companhia permaneça com o resultado positivo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder 100% do montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 27, § 1º, IV do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

f) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas do benefício pós emprego e dos instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa líquidos dos impostos com montante negativo atualizado até 30 de junho de 2020 de R\$ 31.326 (saldo positivo no montante R\$ 2.471 em 30 de junho de 2019) conforme composição abaixo:

	30.06.2020	31.12.2019
Perda atuarial em benefícios pós-emprego	(50.759)	-
Tributos diferidos sobre perda atuarial em benefícios pós-emprego	17.258	-
Ganho de instrumentos financeiros derivativos	3.296	1.056
Tributos Diferidos sobre ganho instrumentos financeiros derivativos	(1.121)	(359)
Total	(31.326)	697

25. Lucro por ação

	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019
Lucro líquido no período	27.783	49.574	37.393	50.073
Número de ações (em milhares de ações)	166.634	166.634	166.634	166.634
Lucro por ação do período - básico e diluído (reais por ação)	0,166730	0,29750	0,22440	0,30050

Não há diferença entre o lucro por ação básico e o cálculo de lucro por ação diluído, uma vez que a Companhia não possui instrumentos patrimoniais emitidos com em 30 de junho de 2020.

Para cálculo do denominador comum, foi considerado o número médio ponderado de ações ordinária sem poder dos acionistas.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Receita líquida

a) Nos trimestres

	01.04.2020 a 30.06.2020			01.04.2019 a 30.06.2019		
	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	2.452.438	1.121.470	1.012.984	2.455.243	1.205.388	1.084.569
Industrial	3.346	41.950	44.590	3.637	56.410	55.913
Comercial	134.787	333.270	336.065	146.064	481.010	461.670
Rural	63.730	41.460	33.138	63.622	43.010	31.638
Poder público	13.781	87.250	89.605	13.917	138.580	128.177
Iluminação pública	1.885	142.140	85.519	1.886	140.760	80.927
Serviço público	2.038	73.740	55.165	1.961	76.400	57.045
Suprimento e revenda	24	114.100	23.764	24	122.945	23.326
Fornecimento faturado	2.672.029	1.955.381	1.680.830	2.686.354	2.264.503	1.923.265
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Fornecimento não faturado			(37.473)			(22.620)
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres			758			(3.967)
Total receitas - originadas de contratos com clientes	2.672.029	1.955.381	1.644.115	2.686.354	2.264.503	1.896.678
Outras receitas						
Ativo e passivo financeiro setorial			43.366			(47.433)
Subvenção baixa renda			27.108			10.317
Subvenção de recursos da CDE			46.954			42.107
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	566	559.088	182.821	422	615.449	195.814
Receita de construção			247.366			160.448
Venda de Energia Excedente - MVE			-			(290)
Outras receitas			24.461			18.785
Total outras receitas	566	559.088	572.076	422	615.449	379.748
Receita operacional bruta	2.672.595	2.514.469	2.216.191	2.686.776	2.879.952	2.276.426
Deduções da receita operacional bruta						
ICMS			(470.257)			(517.169)
COFINS - corrente			(150.743)			(161.804)
PIS - corrente			(32.727)			(35.129)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE			(11.320)			(11.885)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE			(145.407)			(170.427)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE			(2.149)			(2.026)
ISS			(1.159)			(1.179)
Total das deduções da receita operacional bruta	-	-	(813.762)	-	-	(899.619)
Receita operacional líquida	2.672.595	2.514.469	1.402.429	2.686.776	2.879.952	1.376.807



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Nos semestres

	01.01.2020 a 30.06.2020			01.01.2019 a 30.06.2019		
	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	2.452.438	2.478.218	1.998.132	2.455.243	2.648.037	2.112.980
Industrial	3.346	92.526	96.299	3.637	119.309	119.290
Comercial	134.787	819.740	816.193	146.064	1.043.583	997.120
Rural	63.730	85.753	66.803	63.622	91.037	62.960
Poder público	13.781	205.867	201.044	13.917	278.664	250.519
Iluminação pública	1.885	281.399	167.406	1.886	280.897	159.710
Serviço público	2.038	151.843	113.993	1.961	154.724	110.337
Suprimento e revenda	24	237.350	49.110	24	253.202	48.601
Fornecimento faturado	2.672.029	4.352.697	3.508.980	2.686.354	4.869.453	3.861.517
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Fornecimento não faturado			207.772			219.750
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres			(10.930)			(23.522)
Total receitas - originadas de contratos com clientes	2.672.029	4.352.697	3.705.822	2.686.354	4.869.453	4.057.745
Outras receitas						
Ativo e passivo financeiro setorial			(6.274)			16.164
Subvenção baixa renda			36.265			18.934
Subvenção de recursos da CDE			103.761			109.471
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	566	1.236.207	381.997	422	1.231.403	378.908
Receita de construção			472.309			300.324
Venda de Energia Excedente - MVE			-			18.443
Outras receitas			49.128			48.129
Total outras receitas	566	1.236.207	1.037.186	422	1.231.403	890.373
Receita operacional bruta	2.672.595	5.588.904	4.743.008	2.686.776	6.100.856	4.948.118
Deduções da receita operacional bruta						
ICMS			(1.061.463)			(1.165.723)
COFINS - corrente			(328.785)			(360.312)
PIS - corrente			(71.381)			(78.226)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE			(24.538)			(26.366)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE			(290.401)			(354.670)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE			(4.175)			(4.036)
ISS			(2.164)			(2.281)
Total das deduções da receita operacional bruta	-	-	(1.782.907)	-	-	(1.991.614)
Receita operacional líquida	2.672.595	5.588.904	2.960.101	2.686.776	6.100.856	2.956.504



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Receitas (Custos/Despesas) operacionais

a) Nos trimestres

	01.04.2020 a 30.06.2020					01.04.2019 a 30.06.2019				
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Outras	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Outras	Total
Pessoal	(19.130)	-	(13.056)	-	(32.186)	(24.245)	-	(13.402)	-	(37.647)
Material	(4.419)	-	(86)	-	(4.505)	(3.454)	-	(981)	-	(4.435)
Serviços de terceiros	(104.977)	(3.395)	(14.817)	-	(123.189)	(95.452)	(3.539)	(12.815)	-	(111.806)
Energia elétrica comprada para revenda	(659.008)	-	-	-	(659.008)	(615.419)	-	-	-	(615.419)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(140.373)	-	-	-	(140.373)	(126.316)	-	-	-	(126.316)
Encargos de serviços do sistema	(3.011)	-	-	-	(3.011)	(20.491)	-	-	-	(20.491)
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo	51.622	-	-	-	51.622	12.491	-	-	-	12.491
Depreciação e amortização	(94.755)	-	(4.587)	-	(99.342)	(89.154)	-	(5.463)	-	(94.617)
Custo na desativação de bens	(9.487)	-	-	-	(9.487)	(5.975)	-	-	-	(5.975)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	7.619	-	-	7.619	-	(25.959)	-	-	(25.959)
Perda de recebíveis de clientes	-	(31.220)	-	-	(31.220)	-	(42.729)	-	-	(42.729)
Custo de construção	(247.366)	-	-	-	(247.366)	(160.448)	-	-	-	(160.448)
Provisão para processos judiciais e outros	-	-	5.603	-	5.603	-	-	(48.826)	-	(48.826)
Outras despesas operacionais	(5.673)	-	(10.280)	-	(15.953)	(3.883)	-	(7.326)	-	(11.209)
Receita de multas por impuntualidade de clientes	-	-	-	15.514	15.514	-	-	-	16.901	16.901
Outras receitas operacionais	-	-	-	419	419	-	-	-	1.761	1.761
Subtotal	(1.236.577)	(26.996)	(37.223)	15.933	(1.284.863)	(1.132.346)	(72.227)	(88.813)	18.662	(1.274.724)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Nos semestres

	01.01.2020 a 30.06.2020					01.01.2019 a 30.06.2019				
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Outras	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Outras	Total
Pessoal	(44.882)	-	(26.148)	-	(71.030)	(51.143)	-	(25.564)	-	(76.707)
Material	(8.341)	-	(821)	-	(9.162)	(6.854)	-	(1.344)	-	(8.198)
Serviços de terceiros	(212.824)	(7.483)	(32.914)	-	(253.221)	(189.582)	(6.708)	(39.900)	-	(236.190)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.368.001)	-	-	-	(1.368.001)	(1.449.653)	-	-	-	(1.449.653)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(283.529)	-	-	-	(283.529)	(251.881)	-	-	-	(251.881)
Encargos de serviços do sistema	(4.182)	-	-	-	(4.182)	(24.916)	-	-	-	(24.916)
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo (i)	51.622	-	-	-	51.622	20.362	-	-	-	20.362
Depreciação e amortização	(189.414)	-	(10.639)	-	(200.053)	(212.094)	-	(10.839)	-	(222.933)
Custo na desativação de bens	(21.803)	-	-	-	(21.803)	(11.457)	-	-	-	(11.457)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	(37.259)	-	-	(37.259)	-	(36.233)	-	-	(36.233)
Perda de recebíveis de clientes	-	(50.899)	-	-	(50.899)	-	(42.697)	-	-	(42.697)
Recuperação de perdas (ii)	-	13.882	-	-	13.882	-	-	-	-	-
Custo de construção	(472.309)	-	-	-	(472.309)	(300.324)	-	-	-	(300.324)
Provisão para processos judiciais e outros	-	-	(22.388)	-	(22.388)	-	-	(72.574)	-	(72.574)
Outras despesas operacionais	(9.930)	-	(33.142)	-	(43.072)	(7.573)	-	(12.923)	-	(20.496)
Receita de multas por impontualidade de clientes	-	-	-	35.862	35.862	-	-	-	32.777	32.777
Outras receitas operacionais	-	-	-	3.140	3.140	-	-	-	3.675	3.675
Subtotal	(2.563.593)	(81.759)	(126.052)	39.002	(2.732.402)	(2.485.115)	(85.638)	(163.144)	36.452	(2.697.445)

- i) O alívio financeiro retroativo ocorre quando há sobras de recursos do tratamento de exposições em função da diferença de preços entre os submercados para alívio de despesas com ESS. Os valores são calculados e repassados nas liquidações financeiras pela CCEE.
- ii) No semestre findo em 30 de junho de 2020, a Companhia efetuou levantamento de precatório judicial no valor principal de R\$ 13.882, multa de R\$ 3.493 e atualização de R\$ 7.504, totalizando R\$ 24.789. A origem deste montante é relacionada a precatórios do ano de 1994. A contrapartida relacionada ao caixa recebido é segregada entre recuperação de perdas (principal), outras receitas operacionais (multa) e despesas financeiras (atualização financeira).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Resultado financeiro

	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019
Receitas financeiras				
Renda de aplicação financeira	1.554	2.114	10.590	14.008
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	7.672	23.648	10.361	21.895
Varição cambial	2.844	6.357	3.204	6.361
Marcação a mercado de ativo indenizável	(15.556)	12.569	-	-
Varição cambial de dívida	-	-	15.449	56.344
Dívida - Marcação a mercado	(2.085)	1.551	(1.337)	18.707
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Varição cambial	73.180	345.097	7.515	69.696
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	(8.101)	-	7.898	20.918
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	(5.589)	2.959	7.983	18.712
Varição monetária de ativos financeiros setoriais	1.353	8.901	3.197	28.778
Outras receitas financeiras	1.637	2.243	6.126	6.456
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(639)	(1.618)	(1.593)	(2.673)
Subtotal	56.270	403.821	69.393	259.202
Despesas financeiras				
Varição monetária de dívidas	-	-	(5.663)	(11.852)
Varição cambial de dívidas	(73.180)	(345.097)	8.003	(49.277)
Dívida - Marcação a mercado	8.515	-	(4.916)	(18.252)
Encargos de dívidas	(18.261)	(36.075)	(30.496)	(62.338)
Juros debêntures	(13.139)	(31.195)	(24.618)	(35.004)
Atualização de provisão para processos judiciais e outros (a)	(10.322)	(71.946)	(16.179)	(35.016)
Encargos fundo de pensão	(7.374)	(14.748)	(7.991)	(15.984)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Varição cambial	(3.665)	(3.665)	(30.969)	(76.789)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	2.072	(5.470)	(59)	(19.398)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	9.141	(999)	(12.591)	(29.056)
Encargos de mútuos	(9.201)	(20.904)	(22.680)	(44.524)
Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual	408	1.094	6.924	14.617
IOF/IOC	(16)	(296)	(668)	(1.047)
Despesa financeira de ativo indenizável	-	-	24.545	(16.025)
Encargos com venda de recebíveis	(37)	(37)	14.566	(13.404)
Apropriação custo de transação	(340)	(681)	(341)	(600)
Outras despesas financeiras	(15.926)	(25.602)	(11.727)	(28.679)
Subtotal	(131.325)	(555.621)	(114.860)	(442.628)
Total do resultado financeiro	(75.055)	(151.800)	(45.467)	(183.426)

- a) A variação nos trimestres apresentados decorre principalmente de atualização e juros referente a um processo em que se discute o efeito do aumento das tarifas no período do congelamento de preços estabelecido pelo Governo na década de 80. O caso já se encontra em liquidação de sentença transitada em julgado, que determinou a devolução de valores eventualmente pagos a maior até os dias atuais. A Companhia defendeu a tese de que, a partir de novembro de 1986, não houve cobrança a maior (efeito cascata), de forma que o valor a ser restituído a partir dessa data é igual a zero. Na primeira instância, os argumentos da Companhia foram acolhidos e a sentença limitou o valor devido entre o período compreendido entre março e novembro de 1986. Em segunda instância, todavia, houve o reconhecimento do efeito cascata, abrangendo o período após novembro de 1986. Por essa razão, foram realizados novos cálculos e,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

consequentemente, a provisão foi ajustada. A parcela correspondente à atualização e juros foi registrada como despesa financeira.

29. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pelas alíquotas fiscais vigentes, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada abaixo:

a) Nos trimestres

	01.04.2020 a 30.06.2020		01.04.2019 a 30.06.2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	-	-	(24.817)	(9.179)
Diferidos	(10.821)	(3.907)	10.775	3.998
Total	(10.821)	(3.907)	(14.042)	(5.181)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	42.511	42.511	56.616	56.616
Adições:				
Gratificação a administradores	684	684	733	733
Perdão de dívida	-	-	53	53
Outras despesas indedutíveis	113	215	3	159
Total das adições	797	899	789	945
Base de cálculo	43.308	43.410	57.405	57.561
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%		10%	
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(10.821)	(3.907)	(14.345)	(5.181)
Incentivos	-	-	309	-
Total da despesa com tributos	(10.821)	(3.907)	(14.042)	(5.181)
Alíquota efetiva	25,45%	9,19%	24,80%	9,15%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Nos semestres

	01.01.2020 a 30.06.2020		01.01.2019 a 30.06.2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	-	-	(24.817)	(9.179)
Diferidos	(19.340)	(6.985)	6.211	2.225
Total	(19.340)	(6.985)	(18.606)	(6.954)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	75.899	75.899	75.633	75.633
Adições:				
Gratificação a administradores	1.369	1.369	1.113	1.113
Perdão de dívida	-	-	135	135
Outras despesas indedutíveis	115	344	24	380
Total das adições	1.484	1.713	1.272	1.628
Base de cálculo	77.383	77.612	76.905	77.261
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%		10%	
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(19.340)	(6.985)	(19.220)	(6.954)
Incentivos	-	-	614	-
Total da despesa com tributos	(19.340)	(6.985)	(18.606)	(6.954)
Alíquota efetiva	25,48%	9,20%	24,60%	9,19%

Conforme o artigo 228 do Regulamento do Imposto de Renda, a alíquota do IRPJ é de 15% (quinze por cento) sobre o lucro apurado, com adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder R\$20 / mês.

A seguir a composição dos tributos diferidos:

	Balancos Patrimoniais		Demonstrações do resultado e resultado abrangente	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	30.06.2019
IR e CS sobre diferenças temporárias	357.336	379.389	(22.052)	2.988
Perda esperada com crédito de liquidação duvidosa	56.784	77.276	(20.492)	(5.982)
Provisão para ações judiciais e regulatórias	222.947	212.973	9.974	17.165
Provisão para obsolescência de estoque	-	-	-	(3.574)
Instrumento financeiro MTM - valor justo por meio de resultado	(67.646)	(22.506)	(45.140)	3.623
Prejuízo fiscal e base negativa	123.032	99.633	23.399	(2.709)
Outras	22.219	12.013	10.207	(5.535)
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado	(308.716)	(304.443)	(4.273)	5.448
Ativo indenizável (concessão)	(308.716)	(304.443)	(4.273)	5.448
Subtotal - impacto no resultado do período	48.620	74.946	(26.325)	8.436
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado abrangente	218.357	201.861	16.496	(2.719)
Plano de pensão	219.478	202.220	17.258	-
Swap passivo	(1.121)	(359)	(762)	(2.719)
Total	266.977	276.807	(9.829)	5.717

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia estima que os saldos em 30 de junho de 2020, referentes aos impostos diferidos ativos, serão recuperados através de geração de lucros tributáveis futuros, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

30. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

Fatores de risco

A linha de negócio principal da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em toda a área de concessão do Rio de Janeiro. Sua estratégia está sintonizada com a gestão financeira que aplica melhores práticas para minimização de riscos financeiros, observando também os aspectos regulatórios. A Companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seu negócio:

a) Risco de crédito

Em 30 de junho de 2020 a Companhia possuía exposição ao risco de crédito relacionado aos seguintes ativos financeiros:

	30.06.2020	31.12.2019
Caixa e equivalentes de caixa	184.641	303.062
Títulos e valores mobiliários	124.937	106.258
Instrumentos financeiros derivativos - swap	477.934	132.540
Consumidores e outras contas a receber	1.615.946	1.492.185
Ativos financeiros setoriais	123.919	164.520
Ativo indenizável (concessão)	3.762.063	3.613.155
	6.289.440	5.811.720

Em 30 de junho de 2020, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com as seguintes classificação de risco realizada pela Agência Standard & Poor's (escala nacional):

Equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	30.06.2020	31.12.2019
AAA	257.956	275.400
AA+	8.679	95.784
AA	1.874	-
Total geral	268.509	371.184

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumentos Financeiros Derivativos	30.06.2020	31.12.2019
AA-	477.934	132.540
Total geral	477.934	132.540

No caso dos créditos com consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A perda esperada com crédito de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

b) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente podem afetar a tarifa de energia e conseqüentemente, a receita oriunda do fornecimento de energia da Companhia e ainda, o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostos pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

c) Risco de câmbio

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar em perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados ao dólar. De forma a evitar este risco, todas as dívidas indexadas ao dólar da Companhia possuem contratos de *swap* (Dólar para Real e Libor para CDI).

	30.06.2020
Passivos em Moeda Estrangeira	
Empréstimos e Financiamento	1.414.812
Exposição Patrimonial	1.414.812
Ponta Ativa - Instrumentos Financeiros	(1.382.730)
Exposição Cambial Total	32.082

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia eventualmente se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (hedge) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros e inflação, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são *swaps* de moeda (câmbio) ou taxas de juros e inflação sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

d) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Em 30 de junho de 2020, a Companhia possuía 84% da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI, TJLP e Libor).

Em 30 de junho de 2020, a Companhia possuía a seguinte exposição:

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	30.06.2020	%	31.12.2019	%
Selic	34.369	12,80%	33.072	9%
CDI	224.941	83,77%	314.842	85%
Pré-Fixado	9.199	3,43%	23.270	6%
Total	268.509	100%	371.184	100%

Ativo Financeiro Indenizável	30.06.2020	%	31.12.2019	%
IPCA	3.762.063	100%	3.613.155	100%
Total	3.762.063	100%	3.613.155	100%

Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Derivativos	30.06.2020	%	31.12.2019	%
Taxa fixa	652.550	15,94%	662.188	17,16%
TJLP	263	0,01%	24.978	0,65%
CDI	3.420.743	83,55%	3.147.490	81,58%
Libor	20.819	0,51%	23.404	0,61%
Total	4.094.375	100,00%	3.858.060	100%

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (cambio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permita.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Risco de liquidez

Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

A liquidez da Companhia é gerida por meio do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez. Para manutenção da liquidez e atendimento das necessidades de caixa, a Companhia utiliza-se de linha de crédito para capital de giro, imediatamente disponível por meio de contrato firmado com banco de primeira linha no valor de R\$ 80.000.

Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com sua controladora Enel Brasil aprovados pela Aneel, por meio do Despacho N° 2.979/2018, até 11 de dezembro de 2022 no valor de até R\$ 1.700.000, dos quais, em 30 de junho de 2020, estavam disponíveis o montante de R\$ 620.783.

Devido às incertezas causadas pela pandemia de COVID19, que provocou alterações no planejamento financeiro para o ano de 2020, com uma maior necessidade de financiamento para realização de investimentos e cobertura de capital de giro da Companhia, a Aneel aprovou a ampliação do limite de mutuo em R\$ 1.000.000, através do despacho N° 1.923 de 01 de julho de 2020, o qual passou a R\$ 2.700.000.

Das dívidas classificadas no longo prazo, com os montantes de R\$ 910.821 e R\$ 200.040 respectivamente referem-se a crédito com a controladora Enel Brasil cuja exigibilidade é flexível, podendo ser renegociado por prazo suficiente até que a Companhia demonstre capacidade financeira para liquidar essas dívidas sem comprometer seus índices de endividamento e capacidade de pagamento.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos, financiamentos e debêntures detalhados nas Notas 17 e 18, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) e pelo patrimônio líquido da Companhia.

Em 30 de junho de 2020, o índice de endividamento em relação ao patrimônio líquido é de 51% (49% em 31 de dezembro de 2019).

	30.06.2020	31.12.2019
Dívida Financeira	4.094.375	3.858.060
Caixa e equivalente de caixa + títulos e valores mobiliários	(309.578)	(409.320)
Dívida Líquida (a)	3.784.797	3.448.740
Patrimônio Líquido (b)	3.678.527	3.660.976
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	51%	49%

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
30 de junho de 2020					
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	303.403	194.558	32.847	870.583	1.401.391
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	45	1.308	529.672	76.848	607.873
Debêntures	-	14.493	618.515	1.056.517	1.689.525
Empréstimos e Financiamentos Partes Relacionadas	-	-	-	1.103.358	1.103.358
Total	303.448	210.359	1.181.034	3.107.306	4.802.147

Valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

Categoria	Nível	30.06.2020		31.12.2019	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo					
Caixa e equivalente de caixa					
Valores mobiliários					
Consumidores e outras contas a receber					
Ativos financeiros setoriais					
Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>					
Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>					
Ativo indenizável (concessão)					
Total do ativo					
Passivo					
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional					
Debêntures em moeda nacional					
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira					
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira					
Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>					
Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>					
Arrendamento financeiro					
Fornecedores					
Total do passivo					

As aplicações financeiras (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

Valor justo hierárquico

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível 1:** dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- **Nível 2:** dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- **Nível 3:** dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumento financeiro derivativo

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira, conforme demonstrados abaixo:

	Derivativos
Saldos em 31 de dezembro de 2019	132.540
Juros SWAP	1.960
Variação cambial SWAP	341.433
Marcação a mercado no resultado	(5.470)
Marcação a mercado no patrimônio líquido	2.240
Pagamentos	5.231
Saldos em 30 de junho de 2020	477.934

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (*swap*) de 30 de junho de 2020 estão dispostos a seguir:

Derivativo	Valor justo (contábil)	Valor da curva	Diferença	Valor de referência (Notional) BRL	Categoria
Fixo (USD) x DI 05.07.16 Itaú	167.433	165.010	2.423	250.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Libor x DI 28.03.18 Citibank	197.463	205.605	(8.142)	320.000	Valor justo por meio de resultado
Fixo (USD) x Pré R\$ 15.07.19 Scotiabank	88.902	88.183	719	200.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI R\$ 16.03.20 Scotiabank	24.136	23.982	154	150.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Total	477.934	482.780	(4.846)	920.000	

A estimativa de valor de mercado das operações de swap foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 30 de junho de 2020.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira, conforme demonstrados a seguir:

Contraparte	Contrato de swap	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	Valores de referência	
					Moeda local	
					30.06.2020	31.12.2019
ITAÚ S.A.		05/07/2017	05/07/2021	USD + 4,210%aa 115,65% CDI	167.433	56.439
CITIBANK S.A		28/03/2018	29/03/2021	Libor + 0,55%aa CDI + 0,93%aa	197.463	66.249
SCOTIABANK S.A		15/07/2019	15/07/2020	USD + 2,47%aa FIXO 6,05% aa	88.902	9.852
SCOTIABANK S.A		16/03/2020	16/09/2020	USD + 1,02%aa CDI + 0,80% aa	24.136	-

O swap com o Citibank no montante de R\$ 197.463 é marcado a mercado por meio do resultado. A dívida relacionada a esse *swap* também é marcada a mercado por meio do resultado, cujo efeito com MTM é nulo.

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade à mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos das dívidas da Companhia em 30 de junho de 2020 estabelecida por meio das variações nas despesas financeiras para os próximos 12 meses considerando a sensibilização da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

Ativos	Risco	Base	Cenários projetados - Jun.2021		
		30.06.2020	Provável	Adverso	Remoto
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução da SELIC	34.369	815	611	408
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução do CDI	224.941	5.331	3.998	2.666
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Pré-fixado	9.199	9.199	6.899	4.600
Ativo indenizável	Redução do IPCA	3.762.063	80.132	60.099	40.066
Instrumentos financeiros derivados	Alta do CDI	(699.418)	(13.918)	(22.368)	(26.086)
Instrumentos financeiros derivados	Pré-fixado	(205.375)	(1.008)	(4.031)	(4.031)
Instrumentos financeiros derivados	Alta da Libor	504.824	100.240	261.054	358.295
Instrumentos financeiros derivados	Alta do Dólar	877.902	120.097	332.910	447.113
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Pré-fixado	(435.908)	(34.180)	(34.181)	(34.181)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do Dólar	(689.169)	(122.905)	(339.356)	(455.817)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da TJLP	(263)	(6)	(12)	(14)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do CDI	(2.721.325)	(62.704)	(81.218)	(101.335)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da Libor	(525.643)	(104.373)	(271.818)	(373.069)
			(23.280)	(87.413)	(141.385)

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do swap da Companhia:

Contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
ITAÚ 4131	99.158	230.780	131.622	311.466	212.308
ITAÚ 4131 SWAP PA	(96.328)	(224.192)	(127.864)	(302.575)	(206.247)
ITAÚ 4131 SWAP PP	5.899	7.865	1.966	9.409	3.510
CITIBANK 4131 II	104.373	271.818	167.445	373.068	268.695
CITIBANK 4131 II - SWAP PA	(100.240)	(261.054)	(160.814)	(358.295)	(258.055)
CITIBANK 4131 II - SWAP PP	6.926	11.561	4.635	13.277	6.351
SCOTIABANK 4131	9.766	59.022	49.256	77.900	68.134
SCOTIABANK 4131 - SWAP PA	(9.791)	(59.174)	(49.383)	(78.101)	(68.310)
SCOTIABANK 4131 - SWAP PP	1.008	4.031	3.023	4.031	3.023
SCOTIABANK 4131 II	13.981	49.554	35.573	66.451	52.470
SCOTIABANK 4131 II - SWAP PA	(13.978)	(49.544)	(35.566)	(66.437)	(52.459)
SCOTIABANK 4131 II - SWAP PP	1.093	2.941	1.848	3.400	2.307
Total Despesa	21.867	43.608	21.741	53.594	31.727

Conforme demonstrado acima, as variações do dólar sobre a parcela da dívida coberta pelo swap são compensadas quase que inteiramente pelo resultado de sua ponta ativa.

31. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$1.365.026 em 2020, R\$2.706.054 em 2021, R\$2.700.912 em 2022, R\$2.804.146 em 2023 e R\$50.048.490 após 2023.

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente no semestre findo em 30 de junho de 2020 que foram homologados pela ANEEL.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

32. Participação nos resultados

Nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019, a provisão de participação nos resultados (regime de competência) foi de R\$ 8.863 e R\$ 7.102 respectivamente.

33. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Enel. A Companhia também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

As especificações por modalidade de risco, estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia sinistro
	De	Até		
Risco operacional	01/11/2019	31/10/2020	R\$ 2.213.481	R\$ 4.441.200
Responsabilidade civil	01/11/2019	31/10/2020	N/A	R\$ 79.642

34. Eventos subsequentes

Em 07 de julho de 2020 a Companhia com necessidade de capital de giro captou um novo mútuo com a Enel Brasil de acordo com anuência nº 2.979, no montante de R\$ 750.000 com vencimento em 11 de dezembro de 2022 a uma taxa de CDI + 2,27 a.a. Este instrumento está isento de IOF, conforme Decreto nº 10.414 de 2 de julho de 2020.